



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CFCH - CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
IP - INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
EICOS – PROGRAMA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DE  
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL

AS MÃES ADOLESCENTES DE COMUNIDADES POPULARES:  
UM ESTUDO DE CASOS

IVANA DE OLIVEIRA LIMA

CURSO DE MESTRADO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E  
ECOLOGIA SOCIAL

LEILA SANCHES DE ALMEIDA  
Orientadora

RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL  
2006

AS MÃES ADOLESCENTES DE COMUNIDADES POPULARES:  
UM ESTUDO DE CASOS

IVANA DE OLIVEIRA LIMA

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa EICOS –  
Estudo Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia  
da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos  
necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:

---

Prof. Doutora. Leila Sanches de Almeida - Orientadora

---

Prof. Doutora. Elaine Reis Brandão

---

Prof. Doutora Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL  
2006

Lima, Ivana de Oliveira.

As Mães Adolescentes de Comunidades Populares: um estudo de casos / Ivana de Oliveira Lima. – Rio de Janeiro, 2006.

x, 100 f..

Dissertação: Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social - EICOS, 2006.

Orientadora: Leila Sanches de Almeida

1. Maternidade na Adolescência. 2. Comunidades Populares  
3. Subjetividades - Dissertações. I. Almeida, Leila Sanches de.  
(Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós  
Graduação em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia  
Social - EICOS, 2006.III. Título.

Aos meus pais, ao meu esposo Paulo César e a todos os meus familiares.

Às comunidades populares do Rio de Janeiro, que lutam a cada dia para dar um  
novo sentido e significado à vida.

## AGRADECIMENTOS

À professora Leila Sanches de Almeida, minha orientadora, pelo cuidado e apoio no processo de construção de conhecimento, sobretudo, por ter propiciado de forma simples e humilde um espaço de aprendizado, repleto de trocas e crescimento pessoal e profissional.

Aos professores do EICOS, pelos momentos de aprendizado e por colaborarem com minhas reflexões.

Ao CNPQ pelo apoio dado através da concessão da bolsa de estudos.

À amiga e companheira de todas as horas, Nilza Rogéria Nunes Estrada, pela dedicação, carinho, partilha, incentivo e eterna disponibilidade.

Às colegas Joana e Érica Vidal que me ajudaram nos momentos de dúvidas e colaboraram nessa construção. E à Alexandra e Maria Lúcia pelo apoio e carinho dedicados na reta final.

A toda equipe do Centro de Promoção da Saúde, pelo apoio, incentivo e carinho dedicado. Por terem ampliado a minha experiência com trabalho comunitário, colaborando assim para o meu crescimento pessoal e profissional. Em especial à Kátia Edmundo, por ser para mim um exemplo de pessoa inteligente e a cima de tudo, de competência e compromisso ético e social.

A todos os moradores do conjunto de comunidades estudadas pelo acolhimento e confiança. Em especial, às adolescentes entrevistadas, pela motivação e disponibilidade. Às lideranças comunitárias Lúcia de Fátima e Bruno Aguiar, pela dedicação, carinho, atenção, apoio e incentivo.

À minha querida família, meus pais, meu irmão, minhas avós, meus tios, primos e amigos na Bahia, que mesmo distantes acreditaram na minha vitória e me incentivaram

em todos os momentos. À minha família carioca (Tia Jacira e família) que me acolheu de braços abertos, dando apoio e carinho nos momentos de mais saudades.

Ao meu esposo, Paulo César, pela compreensão, paciência, incentivo, dedicação e por se fazer presente de forma participativa em todos os momentos dessa caminhada e, acima de tudo, pelo amor e respeito grandiosos.

Á Deus pelo dom da vida, pelas virtudes da perseverança, da esperança, de amor ao próximo e da fé.

## RESUMO

LIMA, I. O. As Mães Adolescentes de Comunidades Populares: um estudo de casos. Orientadora: Leila Sanches de Almeida. Rio de Janeiro: UFRJ/ CFCH/ IP/ EICOS, 2006. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social).

A maternidade na adolescência é uma questão que vem sendo amplamente discutida nos diversos setores da sociedade, em função da sua relevância e da sua incidência. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, durante os anos de 1970 e 2000, o número de mães brasileiras com idade superior a 10 anos subiu de 49,32% para 60,89%. Nas favelas cariocas, o índice de fecundidade entre as adolescentes é cinco vezes maior do que nos bairros de renda mais alta. Entretanto, a maioria dos estudos sobre maternidade na adolescência (Perfil das Mães Brasileiras, etc) tem focado a gravidez, e não a maternidade em si. Tendo em vista essas considerações, este estudo de casos, baseado na Rede de Significações, teve como objetivo investigar o significado da maternidade para mães adolescentes e o desempenho das funções maternas. Entrevistaram-se cinco mães entre 15 e 17 anos de idade, solteiras e que residiam com suas famílias de origem. A análise de conteúdo das entrevistas mostrou que as jovens mães construíram seus sentidos de maternidade a partir de suas representações (outros significados e sentidos) e vivências relacionadas à sua figura materna, às funções maternas, à sua condição de adolescente, à perda da liberdade e à dificuldade em conciliar as posições de mãe e adolescente. A partir dos achados, enfatiza-se a importância de se levar em consideração as identidades pessoais e sociais, ouvindo-se a demanda dos jovens, ao se propor investigações, políticas públicas e projetos sociais ligados à juventude e, em especial, à questão da maternidade na adolescência. (CNPQ).

## ABSTRACT

LIMA, I. O. The Adolescent Mothers of Poor Communities: A Cases Study. Advisor: Leila Sanches de Almeida. Rio de Janeiro: UFRJ/ CFCH/ IP/ EICOS, 2006. Dissertation (Master in Community Psychosociology and Social Ecology).

Maternity in adolescence is an issue being discussed by many social groups because of its occurrence and importance. According to Getúlio Vargas Foundation, the number of Brazilian adolescent mothers with more than ten years old has risen from 49.32% to 60.89% between 1970 and 2000. In *favelas* in the city of Rio de Janeiro, the fecundity rate among adolescents is five times higher than in richer neighborhoods of the city. Nonetheless, most studies about maternity in adolescence (Survey of Brazilians Mothers, etc.) are about pregnancy rather than maternity itself. With these considerations in mind, this study, based on the Network of Meanings, had the purpose to investigate the meaning of maternity to adolescent mothers and the performance of motherly roles. Interviews were done with five adolescent mothers with ages ranging from 15 to 17 years old, single and living with their original families. Content analysis of the interviews has shown that these young mothers have constructed their meanings of maternity based on their representations (other senses and meanings) and on their personal experience in relation to their mother's figure, to motherly functions, to their adolescent condition, to the loss of their freedom and to the difficulty conciliating their role as mother and as adolescent. With these results, we emphasize the importance of considering personal and social identities and of listening to youngsters' needs when proposing surveys, public policies and social projects related to the youth, and especially to the issue of maternity in adolescence. (CNPQ).



## SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	01
2 – A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E CULTURAL DA MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA EM COMUNIDADES POPULARES	
2.1 Sexualidade e Vida Reprodutiva de Adolescentes.....	05
2.1.1 Relações afetivas e iniciação sexual.....	07
2.2 Maternidade na Adolescência.....	09
2.2.1 Incidência do fenômeno.....	10
2.3 A construção dos significados da maternidade na adolescência.....	13
2.3.1 A função social da maternidade à luz dos modelos familiares brasileiros.....	13
2.3.2 As significações da maternidade na adolescência em camadas populares.....	17
2.4 Práticas Educativas de mães adolescentes e o convívio cotidiano com os filhos.....	22
3 – A ABORDAGEM DA REDE DE SIGNIFICAÇÕES	
3.1 A perspectiva da Rede de Significações.....	27
3.2 A cultura como elemento da matriz sócio-histórica.....	31
4 – SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA: UM ESTUDO DE CASOS	
4.1 Considerações preliminares sobre a pesquisa qualitativa.....	34
4.2 Sujeitos e Contextos do Estudo.....	35
4.3 Instrumentos e Procedimentos Utilizados.....	37
4.4 Vivências das mães adolescentes: os casos estudados.....	39
4.5 Maternidade na adolescência em comunidades populares.....	79
4.5.1 Vida Sexual e Reprodutiva das Adolescentes.....	80
4.5.2 A gravidez.....	81
4.5.3 O significado de maternidade.....	82
4.5.4 O desempenho das funções maternas e os cuidados infantis.....	85
4.5.5 A rede de apoio.....	86

5	- CONCLUSÃO.....	88
6	- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90
7	- ANEXOS.....	96

## 1 – INTRODUÇÃO

A maternidade na adolescência é uma questão que vem sendo amplamente discutida nos diversos setores da sociedade, em função da sua relevância e da sua incidência. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, durante os anos de 1970 a 2000, o número de mães brasileiras com idade superior a 10 anos subiu de 49,32% para 60,89% (Neri, 2005). Esses dados tornam-se ainda mais expressivos se for levada em conta a faixa etária de 15 a 19 anos. Esta traçou uma trajetória contrária à taxa dos demais grupos etários e à taxa de fecundidade geral das mulheres no Brasil, tendo sido decrescida em 11,9% entre 1991 e 2000 (IBGE, 2001).

Temos, por exemplo, a taxa de fecundidade de mulheres nas favelas cariocas. Segundo dados de um estudo desenvolvido sobre o perfil das mães brasileiras (Neri, 2005), pode-se afirmar que o índice de fecundidade nesse grupo é duas vezes maior do que nos bairros de renda mais alta e, no caso de adolescentes, a taxa é cinco vezes maior.

Algumas investigações apontam, todavia, que mais que a questão da incidência, a maternidade na adolescência em camadas populares envolve uma mudança de status da adolescente em relação à sua família e à sua comunidade (Nóbrega, 1995; Dadoorian, 2000; Heilborn, 2002, Da Costa, 2002; Brandão, 2003, entre outros). E ainda, este fenômeno permeado pela condição de pobreza e exclusão social, pela dificuldade de acesso a informações sobre sexualidade e planejamento familiar e aos métodos contraceptivos e ainda também pelo “desejo de ser mãe” (Da Costa, 2002; Rojas 2003). Esse desejo é construído a partir das vivências da feminilidade desde a infância e das relações de gênero.

As crianças nas camadas populares desde muito cedo - com 6 ou 7 anos de idade - passam a ter atribuições dentro da família. (Sarti, 2003). As meninas, especificamente, são educadas para cuidarem das atividades domésticas e para assumirem os cuidados infantis com as crianças menores (Heilborn,1997; Monteiro, 1999). Aprende-se desde cedo, portanto, que ao homem cabe o papel de provedor e à mulher são destinadas as

responsabilidades com o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos. (Sarti, 2003). O desejo de ser mãe, desta maneira, não significa uma escolha inconseqüente das mulheres pobres.

Dentro dessa perspectiva, a psicossociologia levanta algumas reflexões sobre as escolhas que os indivíduos fazem ao longo da vida e mostra que essas escolhas não são produzidas a partir de uma atitude voluntarista, mas são construídas a partir das opções que surgem dentro dos diversos contextos e de condições de existência particulares (Nasciulti, 1996). Nesse sentido, a escolha de ter um filho não deve ser pensada como uma ocorrência isolada de trajetórias de vidas individuais, mas que está ligada às representações sociais, às subjetividades, às experiências de vida e às influências sócio-culturais. Entendendo influências sócio-culturais, nesse estudo, como sendo as “crenças e normas sociais”, que estão presentes na rede de significações da pessoa e que participam da construção de sentidos (Almeida, 2003).

A maternidade - a partir desses valores familiares - é concebida muitas vezes como um “dever”, como um “fenômeno natural” que mais cedo ou mais tarde vai acontecer (Rojas, 2003), e por isso não é vista pelas classes populares como um problema, mas sim com uma mudança de vida. Essa mudança muitas vezes está atrelada ao sonho do casamento e a idéia de constituição de uma nova família (ibid, 2003; Da Costa 2002; Sarti, 2003). Nesse sentido, a maternidade promove uma alteração no status social da adolescente junto a sua família e a sua comunidade, que é representada pelo rompimento com a hierarquia familiar e pelo aumento do senso de responsabilidade, que lhe é conferido. E ainda pode, segundo Pantoja, 2003, remeter à “reafirmação de projetos de mobilidade social”, sendo parte de um “projeto de vida”, um caminho para se chegar à vida adulta, ser reconhecida pela família e por colegas da escola (p.8).

A partir, desse contexto sócio-cultural, essa investigação tomou a questão da maternidade na adolescência como objeto de estudo, buscando responder a seguinte pergunta: qual o significado de maternidade para mães adolescentes de comunidades populares? Ao se tentar, portanto, dar conta desta questão, pretendeu-se nesse estudo verificar como mães adolescentes de comunidades populares definem a maternidade e

suas funções e como as desempenham. Em termos mais específicos, objetivou-se compreender as influências sócio-culturais que orientam o desempenho da maternidade; identificar como as mães adolescentes desempenham a função materna; e levantar a rede social de apoio a essas práticas.

Diante deste contexto, sabe-se que a relevância da discussão da maternidade na adolescência não se restringe à sua ocorrência, mas diz respeito também à necessidade de se compreender os significados sócio-históricos e culturais que concebem essa questão. Nesse sentido, a escolha desse objeto de estudo baseou-se em três experiências vividas de suma importância. A primeira foi em um núcleo da Pastoral da Criança em Salvador-Ba (1998-2000), no qual se teve a oportunidade de acompanhar mães adolescentes e suas crianças de 0 a 6 anos de idade. A segunda, realizada no Rio de Janeiro, na organização não governamental Childhope Brasil (2000-2002), em que a supervisão e acompanhamento de projetos sociais na área de sexualidade juvenil e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, possibilitaram o contato e a troca de experiência com jovens de comunidades populares. Por fim, a terceira foi a atuação como coordenadora de campo em uma pesquisa participativa sobre a infância e a adolescência em um conjunto de comunidades populares da cidade do Rio de Janeiro, realizada, em 2003, pelo UNICEF e pelo Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS) em parceria com a UFRJ (através do Programa EICOS e do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva – NESCC). Essa última vivência, em especial, permitiu que se tivesse um contato preliminar com a questão da maternidade na adolescência, que é muito frequente e comum nessa localidade e contribuiu para que se pensasse em fazer um estudo mais aprofundado sobre essa questão.

Para efeito metodológico, esse estudo está sendo apresentado em três capítulos. No primeiro fez-se uma revisão bibliográfica em torno da temática da maternidade na adolescência, em que se buscou apresentar um panorama de incidência do fenômeno e discutir sobre os diversos significados sócio-culturais de maternidade, levando em conta os padrões familiares brasileiros e aspectos específicos das classes populares. Além disso, outros temas secundários - mas, porém complementares - tais como sexualidade e

vida sexual e reprodutiva de adolescentes e práticas educativas de mães adolescentes foram abordados.

O segundo capítulo foi dedicado a abordagem teórica da Rede de Significações, em que se fez uma apresentação dos elementos e princípios básicos, a fim de situar melhor os leitores em relação ao referencial teórico metodológico utilizado nessa investigação. Nessa apresentação, deu-se destaque especial à questão da cultura como elemento da matriz sócio-histórica, por se considerar relevante à discussão dos aspectos culturais na construção dos sentidos e dos significados sócio-históricos de maternidade para as mães adolescentes.

No terceiro capítulo, por sua vez, têm-se as análises dos casos estudados a partir da plataforma da Rede de Significações. Nessas análises buscou-se estabelecer uma discussão com os estudos referenciados na revisão bibliográfica, de modo a articular e contrapor conceitos, hipóteses, idéias e questionamentos dos diversos autores.

Por fim, apresentaram-se recomendações e novos questionamentos sobre a questão da maternidade na adolescência, os quais foram gerados a partir dessa complexa construção teórica deflagrada nessa dissertação. Essa conclusão visou, a priori, apontar a importância da implementação de ações sociais e políticas públicas voltadas para a saúde sexual e reprodutiva de jovens, bem como para o planejamento familiar nas camadas populares.

## 2. A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E CULTURAL DA MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA EM CAMADAS POPULARES

## 2.1 Sexualidade e Vida Reprodutiva de Adolescentes

Ao se pensar em maternidade na adolescência, faz-se necessário refletir inicialmente sobre a sexualidade e a vida reprodutiva dos jovens, na medida em que a compreensão desses dois processos tende a contextualizar e caracterizar tanto em termos históricos, culturais, sociais e simbólicos a questão da maternidade, além de indicar o referencial teórico adotado nesse estudo.

Pesquisas e discussões sobre a adolescência têm sido enfatizadas nas últimas décadas, principalmente nas sociedades urbano-industriais e têm provocado reflexões sobre o surgimento de novos valores, significados e vivências em torno da sexualidade e da vida reprodutiva dos jovens. Nessas discussões, diversas abordagens teóricas vêm apontando os componentes culturais como elementos fundamentais para a conceituação da sexualidade humana.

Concebida não somente como a capacidade reprodutiva, mas também como a possibilidade de vivenciar o prazer, a sexualidade humana envolve além do corpo, a história de cada indivíduo, os costumes, as relações afetivas, gênero, identidade sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor. E é representada ou expressa em pensamentos, fantasias, frustrações, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos (Heilborn, 1999; Abramovay, 2004). Essa concepção ampliada de sexualidade, segundo Heilborn (1999), foi constituída a partir da “focalização da individualidade”, como elemento constituinte da organização da sociedade capitalista na idade moderna. O enfoque dado à individualidade possibilitou tanto a formação de um “sujeito político, livre, portador de direitos de cidadania”, assim como fortaleceu a idéia da “subjetividade como tema central para a constituição da identidade” (Dumont apud Heilborn, 1999).

Nessa perspectiva, a pesquisa sobre Juventudes e Sexualidade, realizada pela UNESCO Brasil (Abramovay, 2004), em 13 capitais e no Distrito Federal, tem sido

referenciada nas discussões sobre subjetividades juvenis. Esse estudo analisou opiniões e pensamentos de alunos dos últimos anos do ensino fundamental e do ensino médio em relação a diversas questões, dentre elas “as distintas dimensões da sexualidade”, bem como situações vividas por seus atores como comportamentos quanto à prevenção de DST/ AIDS, gravidez juvenil e aborto, entre outros. São apresentados também nessa pesquisa o que os pais e professores refletem sobre os temas focalizados, com vista a contrapor as idéias dos jovens.

A sexualidade para os adolescentes/ jovens, nesse estudo e em outras investigações, apresenta-se como um espaço de busca de autonomia, de projetos e práticas (Brandão, 2003, Abramovay, 2004), que é vivenciado de forma específica e com urgência própria de uma geração jovem. O exercício dessa sexualidade, então, se processa através de possibilidades que estão inseridas dentro de um contexto cultural marcado por preconceitos e rituais.

Contexto cultural esse que, segundo Galland (apud Abramovay, 2004), colabora para que a iniciação sexual seja definida como um forte rito de passagem na vida dos indivíduos e de coletividades, que envolve distintos percursos entre infância, adolescência e juventude. Nesse processo ocorre a afirmação da virilidade, o que representa o controle sutil dos corpos e da sexualidade. E, além disso, o adolescente/ jovem ao se iniciar sexualmente, passa a ser considerado, pelo menos nesse aspecto, como adulto e vive a ambigüidade de ser então, sexualmente adulto e conviver com situações de dependência nas dimensões econômicas e familiares.

### 2.1.1 Relações afetivas e iniciação sexual

Ao refletir sobre os comportamentos sexuais entre jovens, torna-se importante destacar suas trajetórias afetivo-sexuais, mesmo que de forma parcial, na medida em que estas se constituíram a partir de questões ligadas à sexualidade e práticas sexuais dos mesmos, tais como “ficar”, “namorar”, “iniciação sexual”, “virgindade”, etc



(Pantoja, 2003) - as quais estão presentes em diversos estudos. Algumas pesquisas apresentam discursos de jovens que definem “o ficar” como uma interação afetiva e sexual, onde se pode lidar com as demandas referentes às relações de namoro, consideradas mais rígidas. (Pantoja, 2003; Aquino, 2003; Abramovay, 2004; Brandão, 2004; entre outros). O ficar, na realidade, aparece como uma forma alternativa ao namorar, cujos aspectos mais enfatizados por rapazes e moças dizem respeito ao relaxamento dos acordos mais complexos, pertinentes às relações estáveis.

No que diz respeito à iniciação sexual, dados da pesquisa Juventudes e Sexualidade (Abramovay, 2004) apontam que a idade média da primeira relação sexual é significativamente mais baixa entre os alunos do sexo masculino do que entre as estudantes do sexo feminino, sendo respectivamente entre 13,9 a 14,5 anos e 15,2 a 16 anos. Outro dado apresentado é que em quase todas as capitais, mais de 10% das crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos já tiveram uma relação sexual.

Pantoja (2003), em um estudo com 15 adolescentes (12 meninas e 03 meninos) na faixa etária entre 13 e 18 anos de idade, em Belém do Pará, demonstra que a iniciação sexual no caso das meninas dificilmente ocorre antes do namoro se concretizar, ou seja, durante uma “ficada”. Das 12 adolescentes entrevistadas pela pesquisadora, 08 tiveram a primeira relação entre 12 e 15 anos, tendo ocorrido no contexto do namoro. Em contrapartida, a iniciação sexual dos rapazes tende a ocorrer mais cedo. No caso dos 03 adolescentes entrevistados, a primeira relação ocorreu entre 11 e 13 anos.

Esses estudos, assim como outros (Pantoja, 2003; Da Costa, 2002; Brandão, 2004), assinalam ainda que, para as meninas, a primeira experiência sexual é marcada por insistência dos parceiros, tendo a mesma, por esse motivo, se dado geralmente de forma desprotegida. Isso reflete como os papéis de gênero estão definidos culturalmente, em que se espera da mulher um comportamento mais passivo e do homem um comportamento mais ativo. Esses valores culturais podem explicar também o fato de que nenhuma das 12 adolescentes – entrevistadas por Pantoja - declarou que o parceiro tenha usado a camisinha como forma de proteção durante a relação, apesar de

terem demonstrado amplo conhecimento da importância de sua utilização. Pantoja (2003) comenta que esse comportamento decorre de uma “lógica hierárquica de gênero”, em que compete ao homem a decisão de usar a camisinha ou não. Ela ressalta ainda que, segundo os jovens, ao passo que o relacionamento afetivo atinge o estágio do “namoro” prevalece o não uso da camisinha, com base nos valores correspondentes à fidelidade e confiança entre os parceiros. Para as meninas, a primeira relação aparece, então, como uma “entrega”, cuja legitimidade ocorre no âmbito de uma relação afetiva já consolidada, o namoro.

A pesquisa “Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil” (GRAVAD) - que vem sendo bastante referenciada nas discussões sobre juventude e sexualidade (Aquino, 2003) - também aponta algumas questões sobre a vida reprodutiva dos jovens entre 18 e 24 anos, em Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Segundo esse estudo, realizado com 4.634 jovens, a família, assim como a escola, desempenha um papel muito importante na transmissão de conhecimento e de valores sobre reprodução e contracepção para os jovens. Esses, por sua vez, ao vivenciarem mais intensamente sua sexualidade, passam por uma “experimentação física e relacional” que se inicia com o “namoro” e o “ficar” e se estende até depois da primeira relação sexual (Aquino, 2003). A partir dessas considerações, dados desse estudo demonstram que 89,7% dos homens e 72,5% das mulheres entrevistadas já haviam “namorado” e/ ou “ficado” com alguém e que a gravidez na adolescência tem sido mais frequente entre as meninas que declararam ter apenas namorado e entre os rapazes que já haviam experimentado ambos os tipos de relacionamento. A iniciação sexual trata-se, segundo Brandão (2004), de um processo prolongado que os jovens percorrem junto com alguém do sexo oposto ou do mesmo sexo e que é permeado por conhecimento gradativo do próprio corpo e do corpo do parceiro, troca de carícias íntimas e diálogo sobre as dúvidas, medos, sensações e sentimentos vivenciados.

## 2.2 Maternidade na adolescência

Várias pesquisas têm sido realizadas em função da visibilidade social que o fenômeno da gravidez na adolescência (GA) têm tomado nas últimas décadas. As preocupações que a sociedade manifesta ter em relação à GA estão associadas, dentre outros motivos, ao modo como as políticas públicas, os meios de comunicações dentre outros vêm tratando a essa questão, colocando-a como um problema social tanto a nível nacional, como em outros países do mundo. Em contrapartida, poucos trabalhos vêm sendo produzidos em torno dos significados que as adolescentes vêm construindo, a partir de suas vivências e práticas enquanto mães junto aos seus filhos.

A maternidade, definida como papel central de todas as mulheres e caracterizada, durante muito tempo, através do amor incondicional e quase instintivo que as mulheres desenvolvem em relação a seus filhos, vem se modificando ao longo da história, o que permite reconstruir esse significado a partir de um determinado contexto sócio-histórico e cultural (Badinter, 1985).

O presente estudo, portanto, parte do pressuposto de que o conceito de maternidade constitui-se em um processo complexo, que perpassa não só pela gravidez, mas também pelo desejo de ter um filho, de tornar-se mãe, de cuidar de uma criança e ainda pela definição do papel e status enquanto mulher, assim como pelo projeto do sujeito, sua relação com os ideais sociais, familiares e pessoais (Nóbrega, 1995), dentre outras questões secundárias como a de gênero e de classes sociais (Heilborn, 2002). E a maternidade na adolescência, em especial, será referenciada como um fenômeno social, em que o indivíduo que vivencia essa experiência traz a sua história de vida, seus aprendizados e valores construídos a partir de suas diversas relações sociais nos diferentes grupos a que pertence. No entanto, torna-se relevante refletir sobre a incidência do fenômeno e sobre os debates que vêm se estabelecendo no cenário brasileiro, de modo a ampliar a visão que se tem sobre a temática.

### 2.2.1 Incidência do fenômeno

As discussões sobre maternidade na adolescência têm envolvido, dentre outras questões, questionamentos sobre as faixas etárias a serem utilizadas nos estudos referentes a essa temática e a visibilidade que o fenômeno tem tido nos dias atuais. Abramovay (2004) aponta que as reflexões especializadas sobre esse tema confundem-se muitas vezes com a de sexualidade na juventude e fazem menção a dois tipos de valorações. A primeira diz respeito à problematização da maternidade, em que se destacam os riscos da gravidez para a constituição biopsicológica dos jovens envolvidos, particularmente às mulheres, assim como para o que se espera que seja o curso de vida juvenil: estudar, não trabalhar e não ter responsabilidades familiares. Vários autores costumam lamentar a perda da juventude pela ocorrência da gravidez, considerada “precoce” quando envolve jovem (ibid).

Na realidade, não se pretende desprezar o fato de que vem ocorrendo no Brasil um rejuvenescimento da taxa de fecundidade, já que o censo demográfico de 2000 revela um aumento da taxa de fecundidade entre jovens de 15-19 anos e um decréscimo de 11,9% na fecundidade das mulheres brasileiras entre 1991 e 2000 (IBGE, 2001). Não se pode negar também, segundo dados do Sistema Único de Saúde (SUS), que os índices de gravidez na faixa etária de 10 a 19 anos continuam aumentando. Em 2003, foram registrados no país 673.045 nascidos vivos, filhos de mães nessa faixa etária (MS/ SUS/ DASIS/ Sistema de Informações sobre nascidos vivos, 2003). Sabe-se, contudo, que esse aumento da taxa de fecundidade, tem sido mais expressivo na faixa etária de 15 a 19 anos de idade. Tomando como exemplo a taxa de fecundidade de mulheres nas favelas cariocas, segundo dados de estudo sobre perfil das mães brasileiras (Neri, 2005), pode-se afirmar que o índice de fecundidade nesse grupo é duas vezes maior do que nos bairros de renda mais alta e no caso de adolescentes a taxa é cinco vezes maior. No entanto, deve-se ter o cuidado para que esses dados demográficos não reforcem de forma alarmista a questão da maternidade na adolescência, dando assim uma visibilidade maior a questão como um problema social.

A valorização da maternidade na adolescência como um problema social tende a implicar em uma visão reducionista do fenômeno, cuja base argumentativa se consolida a partir da utilização da concepção social das idades, assim como da definição de adolescência, enquanto processo universal do desenvolvimento humano. Entretanto, alguns estudos antropológicos, tal como o produzido por Debert (1998), demonstram que as fases da vida como a infância, a adolescência e a velhice não se constituem em propriedades substanciais que os indivíduos adquirem com o avanço da vida cronológica. Os períodos da vida, enquanto processos biológicos, são elaborados simbolicamente como rituais (ibid) que estabelecem fronteiras entre idades pelas quais os indivíduos passam e que não são necessariamente as mesmas em todas as sociedades.

A outra valoração concebida à maternidade na adolescência se dá de forma relativista, em que se defende o cuidado com as generalizações, enfatizando por outro lado o “jogo de individualização” “a conquista da autonomia e autodeterminação pessoal” e das diversidades de sentidos e experiências, trajetórias de vida de diferentes jovens, assim como a interligação entre reprodução e sistemas de poder entre gêneros (Abramovay, 2004; Aquino, 2003; Da Costa, 2002; Pantoja, 2003; Heilborn, 2002; Brandão, 2003; Monteiro, 1999, entre outros). Essa linha de discussão tende, desta forma, a abordar os múltiplos significados da maternidade, contrapor valores contraditórios, bem como identificar as condições sociais e históricas que estão ligadas a essa temática, estejam elas ligadas às questões de gênero, de classes, de raça, culturais, dentre outras.

Buscar se aproximar, então, dessa abordagem teórica mais qualitativa pode permitir a construção de uma visão mais crítica do fenômeno, sem desprezar ou desqualificar a importância dos dados mais quantitativos. Nesse sentido, a pesquisa “Juventudes e Sexualidade” (Abramovay, 2004), que utiliza como amostra alunos entre 10 e 24 anos de idade, demonstra que o percentual das estudantes que já engravidaram alguma vez varia entre 36,9% em Recife a 12,2% em Florianópolis. Segundo os dados, esta taxa cresce na medida em que a faixa etária é maior, entretanto em Fortaleza, Cuiabá e Florianópolis, esta percentagem é maior para a faixa de 10 a 14 anos de idade, do que a de 15 a 19 anos. No Rio de Janeiro, o percentual é de 13,7% entre jovens de 15

a 19 anos e de 66,7% entre jovens de 20 a 24 anos de idade. Vale destacar, que não foram registrados nenhum caso entre as adolescentes de 10 a 14 anos nesse estado. Na realidade, a idade da primeira gravidez, em cada capital estudada, está por volta dos 16 anos, chegando a 17,5 anos em Belém, confirmando as informações de que a primeira gravidez tende a ocorrer com mais freqüência na faixa etária de 15 a 19 anos.

Já a pesquisa GRAVAD, realizada com jovens entre 18 e 24 anos de idade, também demonstrou que o percentual de jovens que tiveram a experiência de gravidez antes dos 15 anos é muito pequeno, sendo 0,6% dos meninos e 1,6% das meninas (Aquino, 2003). Esse baixo percentual não invalida a importância que o fenômeno tem, a repercussão que traz para as adolescentes em termos de complicações de saúde e ainda o fato de muitas vezes está associada à violência sexual (Stern & Garcia apud Da Costa, 2002). No entanto, o que a pesquisa destaca é que a primeira gestação, na maioria das vezes, vem ocorrendo entre 18 e 19 anos de idade, quando a jovem já atingiu o marco da maioridade civil, apesar de ainda manter uma relação de dependência econômica com sua família de origem (Aquino, 2003).

Vivendo num contexto de relacionamento estável, a gravidez passa a ser algo possível de ocorrer nas práticas sexuais dos jovens, na medida em que o uso de contraceptivo após a iniciação sexual deixa de ser freqüente. Os dados da GRAVAD apontam que a maioria dos jovens entrevistados (85,6% dos homens e 70,3% das mulheres) não pretendia engravidar e nem mesmo pensavam no assunto, assim como não usavam nenhum método contraceptivo. Na realidade, somente 36,3% dos meninos e 31,4% das meninas informaram estar utilizando algum tipo de contraceptivo na época da ocorrência da primeira gravidez (Aquino, 2003).

Esses dados remetem, na realidade, à necessidade de se compreender esse fenômeno não apenas a partir dos dados demográficos da saúde, mas também a partir das construções simbólicas e subjetivas que estão intrínsecas no evento da maternidade na adolescência.

## 2.3 A construção dos significados da maternidade na adolescência

### 2.3.1 A função social da maternidade à luz dos modelos familiares brasileiros

A discussão da maternidade encontra-se em um campo bastante complexo e cheio de ideologias, dentre elas a idéia de que esse fenômeno constitui-se como um processo naturalmente feminino. No entanto, desejar ou não ter um filho pode se configurar em um “procedimento voluntário, deliberado ou programado” (Nóbrega, 1995), que está intimamente ligado aos ideais sociais, familiares e pessoais, assim como a um projeto social, que nem sempre é consciente. Ter um filho, certamente, gera inúmeras implicações nas vidas dos indivíduos envolvidos, independente da idade e do sexo e por isso apresenta vários significados. Tornar-se mãe na adolescência pode significar, então, tornar-se adulta como os pais, uma passagem da infância para fase adulta ou ainda mudar de status de mulher para torna-se uma mãe.

Ao se pensar em maternidade tende-se a estabelecer uma estreita relação com a questão do feminino, do papel da mulher que é construído socialmente ao longo da história da formação das famílias patriarcais e modernas no Brasil. Nesse sentido, vários estudos vêm sendo feitos sobre a história das famílias no Brasil. Dentre eles, destaca-se o trabalho do antropólogo Gilberto Freyre (1987) que enfatiza o estudo das relações interpessoais da família patriarcal. Esse trabalho é bastante criticado por diversos autores, entretanto o que se pretende levar em consideração é a riqueza de observações psicossociológicas e o modo de ver as relações interpessoais do período escravocrata. (D’Ávila-Neto, 1994).

A família patriarcal, estudada por Freyre (1987), foi estruturada durante o período colonial, ocasião em que a dinâmica do dia-a-dia das pessoas concentrava-se na esfera doméstica e os papéis desempenhados por homens e mulheres eram bastante distintos, pautando-se em um “sistema de poder” (Leite apud D’Ávila-Neto, 1994). Nesse modelo, o pai era detentor de uma autoridade indiscutível e inabalável sobre a esposa, os filhos, escravos e toda a propriedade familiar. Essa autoridade vai ser, mais

tarde, desestruturada a partir das figuras concorrentes dos padres, e em seguida, dos médicos de família.

A mãe, por sua vez, era uma mulher submissa ao marido. Vale ressaltar, que essa submissão se configurava como uma continuação do esquema de obediência ao seu pai. Sua função se resumia aos afazeres domésticos, supervisão da criadagem, enfim a auto-suficiência e administração das residências. Faz-se necessário esclarecer, que essa figura feminina trata-se da mulher branca, uma vez que as mulheres negras eram escravas e tinham como funções cuidar dos filhos da mulher branca e dos seus próprios filhos, pretos ou mestiços e prestar serviços ao seu senhor, inclusive sexuais.

Não se pretende afirmar que esse modelo familiar se constituiu como um padrão em todas as partes do país, entretanto, acredita-se que o mesmo influenciou na construção social do papel da mulher e da institucionalização de alguns tabus e dogmas referentes à posição social de homens e mulheres na sociedade brasileira. Pode-se dizer que, o patriarcalismo moldou, mesmo que de forma não totalitária, uma estrutura familiar que perdurou durante muitos anos na história do Brasil e que ainda hoje reflete em alguns padrões de comportamento e de estabelecimento das relações intrafamiliares.

O modelo patriarcal, porém, começou a ser reestruturado nos meados do século XIX, a partir do êxodo das famílias para as cidades, o que representou a formação de uma família menos numerosa, urbana e com outros valores (Frota, 2003) e ainda colaborou para a modernização da mulher (D'Ávila-Neto, 1994). No Brasil, na realidade, diferentemente do movimento de formação da família nuclear burguesa ocorrido na Europa a partir do desenvolvimento industrial e urbano, deu-se um processo de adaptação de alguns valores e padrões de comportamento desse modelo de família nuclear burguesa, em que a idéia do casamento por amor passou a ser adotada e o mito do amor materno foi difundido.

Nesse período ocorreu também uma mudança na estrutura arquitetônica das residências. Nas famílias patriarcais, a casa-grande servia para aprisionar as mulheres e preservar os valores. Já na família urbana, foi a partir dos sobrados que a habitação



ganhou a rua e a mulher pode começar a ter contato com a vida fora da casa através dos balcões e das janelas voltadas para a rua. Os sobrados permitiram também a inclusão da privacidade, na medida em que passaram a existir cômodos independentes, que começavam a se abrir para um corredor de acesso (Freyre, 1996).

As relações entre os membros do grupo familiar, dentro desse novo cenário, tornaram-se mais próximas, em contrapartida a convivência se reduziu aos avós, tios e primos, em função do progressivo isolamento que as famílias foram adotando em relação aos serviçais negros. Esse isolamento foi influenciado diretamente pelos médicos higienistas, os quais passaram a regular comportamentos e ditar normas nos diversos espaços, especialmente no familiar (Costa, 1999). Na realidade, os médicos higienistas tiveram um papel muito forte no redimensionamento da vida da mulher urbana e no controle de sua sexualidade.

Com a vinda da família real ao Brasil em 1808, as cidades foram urbanizadas e espaços de lazer e de cultura, escolas e universidades foram criados ampliando, assim, a vida social das pessoas, que antes viviam praticamente isoladas nas grandes fazendas e passaram, então, a circular mais pelos espaços públicos. As mulheres também, nesse período, começaram a freqüentar teatros, bailes, casas de chá, permitindo que as mesmas vivessem outras experiências além das funções domésticas, os afazeres da casa e o cuidado dos filhos (Freyre, 1996).

Foi preciso, então, instituir regras de comportamento baseadas no ideal higiênico, em que a casa se transformou em um local de controle das doenças, fiscalização da saúde e dos costumes morais da família. Ao homem casado cabia o papel de pai, chefe, provedor da família, de modo que a felicidade e o bem-estar de todos fossem assegurados. À mulher estava destinado o cuidado dos filhos e os afazeres domésticos, na medida em que eram consideradas incapazes de exercer qualquer atividade intelectual ou fora do espaço da casa (ibid).

A maternidade foi assim divulgada pelos médicos higienistas como a principal função da mulher que deveria amamentar seus filhos. Atrelado a esse discurso foi

agregada também a idéia de que era preciso afastar os negros dos serviços domésticos, posto que, segundo os higienistas, a presença desses colocaria em risco a saúde física e mental das famílias. A mulher deveria, contudo, assumir a educação e o cuidado cotidiano dos filhos e ainda dedicar-se às atividades ligadas à garantia do bem-estar familiar (Freyre, 1996). Assumir essa função, segundo os médicos, não era algo difícil para as mulheres, pois elas possuíam a vocação natural e sagrada de ser mãe. As mulheres, porém, que não exerciam a sua função materna dentro dos padrões estabelecidos na época – e que permanecem até os dias atuais – eram consideradas negligentes (Rocha-Coutinho, 1994). Isso fazia com que muitas mães se culpassem pelo mau desempenho da maternidade (Badinter, 1985). Configurou-se assim o mito do amor materno, que está associado à abnegação e sacrifício incondicional pelo filho e faz parte da construção simbólica da maternidade. (Frota, 2003).

Esse discurso permanece no século XX e é fortalecido pela Psicanálise, que deu uma ênfase a relação mãe-bebê (Dadoorian, 2000). Por outro lado, com o movimento do feminismo, especialmente durante as décadas de 60 e 70, a mulher começou a questionar o seu papel na sociedade, buscando garantir o seu espaço na vida pública e sua liberdade sexual. Ela passou a assumir outros papéis antes dedicados exclusivamente aos homens: o de trabalhadora, provedora da família, dentre outros, que levaram a mudança dos valores e dos padrões relacionados à maternidade. A partir daí, as pessoas, principalmente as mulheres das grandes cidades, passaram a valorizar um novo padrão de comportamento social, em que o casamento e a concepção dos filhos podem ser assumidos independente da idade, no momento em que elas tenham conseguido sua independência financeira e seu sucesso profissional (Frota, 2003).

Já no século XXI - repleto de transformações nas relações pessoais e intrafamiliares e marcado pelos avanços tecnológicos - o que se observa é uma “pluralidade de mundos” (Vaitsman, 1997), em que os indivíduos são apreendidos instantânea e indiscriminadamente pelo poder da informação. Esse contexto tende a fazer com que os indivíduos convivam sob situações de vida e condições pessoais muito diferentes, em que valores tradicionais e modernos tornam-se presentes de forma simultânea - porém específica - nos diversos contextos e discursos.

### 2.3.2 As significações da maternidade na adolescência em camadas populares

A partir, então, desse contexto sócio-histórico e cultural, foi construído um significado para a maternidade, que coloca o papel materno como o principal papel das mulheres e o define como imprescindível e indispensável para o desenvolvimento de uma criança (Badinter, 1985). Mesmo com as mudanças nas relações e organização das famílias, a figura materna - que já se apresenta em alguns contextos menos devota - permanece constante, atuando no âmbito doméstico, quanto no mercado de trabalho e sendo muitas vezes a responsável pela manutenção e sobrevivência da família (Afonso e Filgueiras, 1996). Nas classes populares, onde a vida da mulher muitas vezes se restringe à vida doméstica e aos cuidados dos filhos, havendo ainda obstáculos para que as mulheres se insiram em outros espaços, o papel materno tende a ser valorizado (Salem, 1980, Nóbrega, 1995; Afonso e Filgueiras, 1996; Sarti, 2003; Da Costa 2002).

No caso específico das adolescentes, tem havido um consenso de que a maternidade pode significar mudança de status na família e na comunidade (Nóbrega, 1995; Dadoorian, 2000; Heilborn, 2002, Da Costa, 2002; Brandão, 2003, entre outros), na medida em que a maternidade parece algo almejado pelas jovens e sua ocorrência na adolescência tende a ser restringida como apenas uma antecipação do exercício do papel materno. Isso não significa dizer, que a notícia de uma gravidez seja recebida de forma tranqüila tanto pelas adolescentes quanto suas famílias.

Uma pesquisa, realizada com 25 mães adolescentes entre 13 e 19 anos de idade e as respectivas avós maternas dos bebês de comunidades de baixa renda da grande João Pessoa, detectou que apesar da existência de casos de maternidade na adolescência nas famílias, ocorreram reações como medo, indignação, choro, desespero, dentre outras expressões de sentimentos similares, no instante da notícia da gravidez. Prevaleceu nesses casos as reações iniciais desfavoráveis por parte das adolescentes (73,6% das jovens) e também pelas suas respectivas mães (81% das avós maternas) (Silva e Salomão, 2003).

Da Costa (2002), em um estudo com 15 adolescentes de camadas populares de Juiz de Fora, as quais tiveram seus primeiros filhos antes dos 15 anos de idade, demonstra que apesar da gravidez das adolescentes não ser desejada desde o início, existe um “processo de assimilação da maternidade” (Vilar e Gaspar apud Da Costa, 2002). Na realidade, se em algum momento realmente ocorre algum “transtorno”, este se deve mais a aspectos morais do que relativos à trajetória escolar e a projetos de vida das adolescentes (Da Costa, 2002; Heilborn, 2002; Aquino, 2003). Isso porque, muitas vezes, a interrupção dos estudos e a inserção no mercado de trabalho tende a se dar antes mesmo da maternidade, em função da precariedade das condições de vida. A pesquisa GRAVAD apresenta dados em que a maioria das jovens mães entrevistadas não estudava e não trabalhava quando da ocorrência da gravidez, demonstrando, na realidade, que as sucessivas entradas e saídas da escola tendem a anteceder amplamente a maternidade.

Vista, então, pelo senso comum como um evento que reduz a autonomia juvenil, a maternidade pode ser contemplada pelos jovens, segundo Brandão (2003), como um “dispositivo” que pode estar presente durante o “processo de conquista gradativa de autonomia” destes. Especificamente, nas camadas populares, a maternidade na adolescência, de acordo com Da Costa (2002), tende a reforçar a identidade da jovem enquanto mulher e propiciar um lugar diferenciado em relação às outras adolescentes. Este estudo de Da Costa aponta, ainda, que mesmo não havendo a garantia que a ocorrência desse evento leve à coabitação da mãe com o pai da criança, o “projeto de maternidade” apresenta-se, para muitas adolescentes, interligado com o “sonho do casamento” e da “constituição de uma nova família”. A posição de adulta e de uma pessoa “respeitável” pode, assim, se configurar também em uma das alternativas das jovens dessas comunidades, apesar do aumento da carga de responsabilidade e da expectativa da família e da comunidade em torno do desempenho das suas funções maternas.

Brandão (2003), ao comparar as repercussões da maternidade em camadas médias e extratos populares, aponta que nesses últimos além de pais e mães, os jovens passam a ocupar também outras posições sociais, fruto muitas vezes da mudança de seu

“estatuto conjugal”. Essas novas posições assumidas tendem a atribuir maior prestígio e reconhecimento social nas comunidades, as quais as adolescentes pertencem e podem ainda estabelecer um “deslocamento de posição dos jovens” em relação a suas famílias de origem, na medida em que estas tendem a - ou pelo menos idealizam - constituir suas “famílias de procriação” (ibid). Nesse sentido, a formação de um terceiro núcleo doméstico não significa necessariamente em um distanciamento da família de origem, pelo contrário, muitas vezes os jovens permanecem próximos a seus familiares recebendo algum tipo de ajuda. No entanto, Brandão (2003) enfatiza que simbolicamente ocorre uma ruptura a partir da gravidez, que estabelece um novo período na vida dos adolescentes, marcado pela assunção moral de novas responsabilidades relacionadas à família.

Segundo a pesquisa GRAVAD, 36,4% das mulheres e 36,15 dos homens – independentes da classe social – permaneceram com a família de origem, enquanto 39,3% e 47,8% respectivamente foram morar com a/o parceira/ o com/ sem família (Aquino, 2003). Esse dado reforça a idéia de que a parentalidade pode se constituir muitas vezes em um elemento positivo para o processo de individuação dos jovens enquanto autonomia (Brandão, 2003), não deixando de levar em consideração de que a dependência residencial dos jovens também pode permanecer. No caso das classes populares, essa dependência está associada às condições precárias de vida e pela falta de oportunidades no mercado de trabalho e faz com que em alguns casos os jovens permaneçam a coabitar com os pais e/ ou parentes, prolongando assim, a “dependência” e a “reciprocidade entre todos os membros da família” (Heilborn, 2002) - nem que seja por um determinado período.

Essa dependência e reciprocidade não representam, via de regra, o abandono dos ideais e sonhos de muitas mães jovens. Pelo contrário, a maternidade, segundo Pantoja (2003), pode remeter à “reafirmação de projetos de mobilidade social” (p.8). A partir de entrevistas realizadas com adolescentes de classes populares, Pantoja apresenta depoimentos que apontam a maternidade como parte de um “projeto de vida”, um caminho para se chegar à vida adulta, ser reconhecida pela família e por colegas da escola e ainda alcançar a “reafirmação dos projetos de ascensão social”. Seu estudo

demonstra ainda que a opção das jovens em permanecerem na escola significa também manter firme o “projeto de ser alguém na vida”, ter a possibilidade de desenvolver uma atividade profissional diferente de suas mães, as quais normalmente são lavadeiras, empregadas domésticas, feirantes ou até mesmo simples donas de casa.

Diferentemente de vários estudos que dão destaque ao abandono escolar por parte das adolescentes no período da gravidez, Pantoja (ibid) dá ênfase a importância dos estudos para o projeto de mobilidade social, o qual se fez presente, segundo ela, nas falas das pessoas das famílias entrevistadas. A partir dessas falas, percebeu-se que a maternidade pode assumir um outro significado na vida das mães adolescentes: o de reforço ao “projeto de ascensão social”, cujos esforços tendem a estar concentrado no desejo de se auto afirmar enquanto sujeito, capaz de garantir a sobrevivência dos seus filhos e a manutenção da sua família.

No entanto, para as jovens, constituir família não significa necessariamente reproduzir as mesmas condições de vida de suas famílias de origem, nem tão pouco aceitar simplesmente a representação dos papéis de mães, “donas de casa” e cuidadoras, embora tanto elas quanto sua família e a comunidade valorizem esses papéis. As representações da maternidade das mães adolescentes, na realidade, são fruto de uma construção sócio-histórica de sentidos e significados, cujos valores fazem parte da sociedade e estão ligados ao entendimento da maternidade, enquanto “destino e desejo” (Nóbrega, 1995) próprios da mulher e que confere a ela identidade e valor social.

O estudo de Nóbrega (ibid) com adolescentes de classes populares assinala que a maternidade é vivida pelas jovens como uma “necessidade urgente”, pela qual as mesmas têm a chance de confirmar sua capacidade de “dar amor e de refazer uma infância que foi pontuada por abandonos” (p. 70). Essa capacidade e necessidade de dar amor estão intrinsecamente ligadas aos valores da família patriarcal e à construção da “mística da natureza feminina” (Badinter, 1985), em que à mulher cabe o papel de gestar crianças, amamentá-las, educá-las com muito amor e carinho (ibid). Nóbrega (1995) indica ainda que, para as mães adolescentes, a maternidade é algo “inerente ao seu status” e que faz parte de suas aspirações e expectativas. Esse sentido dado por essas

adolescentes à maternidade apresenta-se, portanto, contrário ao caráter problemático que vários estudos configuram a esse fenômeno, na medida em que essas jovens foram e são socializadas para reproduzirem os papéis de esposas e mães, assim como para “antecipar sua totalidade e sua completude pela maternidade e pela educação das crianças” (p. 75). Nessa perspectiva, torna-se relevante se aproximar das práticas educativas das mães adolescentes, de modo a entender como estas vivenciam a função materna no seu cotidiano.

#### 2.4 Práticas educativas de mães adolescentes e o convívio cotidiano com os filhos

As discussões sobre maternidade na adolescência, geralmente, têm focado as experiências da gravidez e do puerpério vivenciadas pelas jovens. No entanto, este estudo pretende entrar em contato também com as relações sociais, práticas educativas e convívio cotidiano entre as mães adolescentes primíparas e seu filho. Nesse sentido, essas relações estão sendo consideradas com elementos importantes, que contribuem para a construção do significado de maternidade para as jovens mães.

Parte-se do princípio, então, de que ao se pensar na figura materna nos diferentes grupos familiares – independente da idade da mãe – torna-se necessário compreender as relações da mulher e mãe com os membros da família não apenas como resultado da natureza humana, mas como uma construção de vínculos sociais, que agregam valores, representações e práticas em uma “rede de sociabilidade” (Afonso e Filgueiras, 1996). A maneira como a mulher-mãe desempenha o seu papel nas famílias de baixa renda é proveniente, por conseguinte, de um complexo processo, que envolve uma série de fatores sócio-econômicos e uma base sociocultural de vivência familiar.

A pesquisa “Famílias de Crianças e Adolescentes” em Belo Horizonte, realizada pela Associação Municipal de Assistência Social (AMAS) deste município descreve aspectos da organização cotidiana de diversos tipos de famílias de classes populares. Aspectos esses que estão ligados ao trabalho remunerado, às tarefas domésticas, à existência das figuras materna e paterna, bem como ao cuidado e socialização das

crianças (Afonso e Filgueiras, 1996). Dentre os pontos levantados por essa pesquisa – destaca-se nesse momento de análise - a relação entre a organização do cuidado com as crianças e a organização e reorganização dos grupos familiares estudados, em que a “centralidade do vínculo mãe-criança” (p. 326) fez-se presente na maior parte das famílias. Outro item importante observado nesse estudo diz respeito ao “sistema de parentesco” para o cuidado das crianças, o qual amplia a relação mãe-criança e pai-criança para outros círculos de relações, tais sejam: criança-pai-parentes do pai e criança-mãe-parentes da mãe. Segundo este estudo, independente do tipo de família e do momento que esta esteja vivendo, os grupos familiares possuem “mecanismos de obrigação e ajuda mútua”, que se apresentam como suporte e apoio para a sobrevivência tanto em termos materiais, como em termos psicológicos e afetivos (Afonso e Filgueiras, 1996).

Nesse sentido, a mãe exerce o papel de articuladora da rede de parentes, a fim de receber ajuda no cuidado das crianças. Essa ajuda não se restringe a uma estratégia de sobrevivência, mas se configura também como uma reciprocidade estabelecida pelos vínculos de parentesco, os quais são vistos não apenas do ponto de vista biológico, mas são vivenciados também do ponto de vista cultural, em que a ajuda mútua e a solidariedade fazem parte das relações sociais.

Em um outro estudo realizado com mães de uma comunidade de baixa renda da cidade de São Paulo (Martin e Ângelo, 1999), a figura materna é apontada também como lugar central na família e como responsável pela educação, criação e socialização dos filhos. Os depoimentos das mães entrevistadas descrevem o cotidiano dessas mulheres como sendo dedicado ao cuidado, sobretudo, dos filhos e do bem-estar familiar. E esse cuidado com os filhos é, para elas, como uma “obrigação”, algo inerente à natureza feminina, que é de responsabilidade exclusiva da mulher, enquanto ao homem cabe trabalhar fora.

A mulher-mãe, nesse contexto, configura-se como o “eixo da estrutura familiar” (Martin e Ângelo, 1999), onde a criação e educação dos filhos, o cuidado com a casa e com a saúde dos membros da família fazem parte do seu papel enquanto mãe e por isso



devem estar ao seu controle, na medida em que acabam gerando uma expectativa e muitas vezes uma cobrança dos membros da família e da comunidade, assim como dela consigo mesma em relação ao desempenho desse papel (ibid; Rocha-Coutinho, 1994). Todavia, a mulher tende a reproduzir o mesmo ciclo de vida de sua mãe e das mulheres de sua família (Martin e Ângelo, 1999; Sarti, 2003; Badinter, 1985; entre outros) e na maioria das vezes de forma mecânica, sem nenhuma reflexão sobre esse papel. Esse processo tende, desta maneira, a gerar a “construção das bases da subjetividade, da personalidade e da identidade” (Martin e Ângelo, 1999) das mulheres e das gerações futuras, em que a família tem uma grande parcela de contribuição nessa construção. E não se pretende afirmar, com isso, que esse papel desempenhado por essas mulheres não tenham sido desejado e escolhido por elas. Contudo, normalmente não existem muitas alternativas e possibilidades de mudança desse padrão de comportamento, em função do contexto sócio-econômico, histórico e cultural, no qual elas estão inseridas.

Ao focalizar o desempenho da função materna vivenciada por mães adolescentes nessa mesma classe social, percebe-se que esse processo de reprodução de valores se repete, uma vez que para as jovens ser mãe é um “valor feminino maior” que representa o “ideal de beleza” e de “felicidade” (Nóbrega, 1995, p.70). Nesse sentido, no estudo de Nóbrega (ibid) com mães adolescentes de camadas populares, as jovens afirmam não ter dificuldades em ser mãe adolescente, apesar de não terem pensado em ter filhos naquele momento e de não terem planejado a gravidez. Elas se imaginam mães devotas e vislumbram dar uma atenção permanente ao seu filho, com base na idéia de que a maternidade deve ser exercida em tempo integral, a fim de garantir à criança um conforto e cuidados que não receberam de suas famílias. Segundo essa autora, quanto maior forem as carências vividas pela adolescente, maior será a idealização de suas representações enquanto mãe, assim como o seu desejo de que não falem aos seus filhos nem “amor, carinho, compreensão, diálogo, estudos” (Nóbrega, 1995, p.70).

Outro estudo que traz contribuições significativas é o de Dias e Lopes (2003) com jovens mães e suas respectivas mães, em que são selecionadas e apresentadas três categorias a partir dos discursos das entrevistadas. A característica “dedicação”, por exemplo, foi destacada na categoria “investimento afetivo” e foi relacionada aos

“cuidados físicos e emocionais” que uma mãe deve oferecer ao seu filho (p.6), enquanto a característica “carinho” foi definida como o “suporte físico e emocional” que a mãe dispensa ao seu filho, para que o mesmo possa se sentir “amado” e “valorizado” (p.7). Junto a essas duas características e igualmente relacionada à categoria “investimento emocional”, a “paciência” foi indicada também como elemento importante nos cuidados infantis, assim como a subcategoria “voltada para si/voltada para o filho” (p.7), em que as mães relatam o conflito vivido entre o ideal de dedicação única e exclusiva para o filho e as próprias necessidades pessoais. Dias e Lopes nas análises das categorias chegam a inferir que as descrições feitas pelas filhas e pelas mães sobre si próprias como mãe, sobre suas mães/filhas e sobre a “boa mãe” se assemelham, na medida em que o papel materno é valorizado por essas mulheres. Além disso, as atividades exercidas pelas mães adolescentes e suas mães tendiam a ser similares e permeadas por uma cooperação entre ambas, em que as mães auxiliavam as filhas no cuidado dos netos.

A figura das avós está, contudo, muito presente na rede social das mães adolescentes e se apresenta como aquela que dá apoio e suporte aos cuidados da criança ou em alguns casos como aquela que assume o papel da jovem mãe (Silva e Salomão, 2003; Dias e Lopes, 2003; dentre outros). Segundo o trabalho de Silva e Salomão (2003) realizado com mães adolescentes e as avós maternas dos bebês de comunidades de baixa renda da grande João Pessoa, o papel de avó, para as entrevistadas, é o mesmo que o papel de uma mãe e consiste em “ensinar/ orientar”, “avaliar e controlar” (p. 8). Em 56% dos casos, a avó assumia mais a função de cuidar/ apoiar e muitas vezes chegavam a desempenhar o papel de mães substitutas. As autoras consideram, com isso, que assunção da maternidade dos netos pelas avós podia estar relacionada ao fato da maioria das adolescentes morar com a família de origem. Inclusive, segundo os depoimentos dessa pesquisa, muitas vezes, o bebê chamava a avó de mãe, fortalecendo assim a idéia de que a avó é mãe e avó ao mesmo tempo.

Por outro lado, outras pesquisas, como a de Fonseca (2000) realizada com mães adolescentes entre 15 e 17 anos de idade de duas comunidades populares da região metropolitana de Salvador, assinalam que as mães adolescentes são as principais

responsáveis pelos cuidados de suas crianças. No caso específico do estudo de Fonseca, 57% das entrevistadas assumiam o cuidado dos seus filhos, como principais responsáveis, tendo recebido, no entanto, ajuda de outros parentes, em geral as avós, tias, o pai da criança e vizinhas. A autora destaca ainda as principais tarefas que as mães adolescentes gostavam de realizar, as quais se constituíam em: “tarefas de limpeza (62,5%), alimentação (12,5%), colocar para dormir (5%), brincar e acarinhar (7,5%) e fazer tudo (17,5%)” (p.103). Em contrapartida as tarefas que elas menos gostavam eram: “lavar roupa (30%), limpar (7,5%), alimentar (12,5%), bater e carregar (5%), levar ao médico (2,5%) e colocar para dormir (2,5%)” (p.104). Vale destacar que, desses últimos dados, 37,5% afirmou não desgostar de nenhuma das tarefas desempenhadas, o que demonstra que parte das adolescentes não se sentia incomodada em realizar as atividades ao cuidado de seus filhos.

Contudo, a prática educativa de mães adolescentes e o convívio com seus filhos estão imensamente ligados ao sentido que cada adolescente confere a sua maternidade, bem como aos significados sócio-históricos desse fenômeno nas camadas populares. Tanto esse sentido, quanto os significados de maternidade estão permeados, portanto, pelas questões de gênero, que são transmitidas de gerações para gerações, pelo contexto onde as mães adolescentes estão inseridas e ainda pelas relações estabelecidas com os diversos atores sociais.

O olhar teórico metodológico da Rede de Significações, nesse sentido, tende a ser adotado nesse estudo como referencial para as análises dos casos e como forma de contribuir para a compreensão de como as adolescentes articulam os sentidos e os significados atribuídos à maternidade e de como esses aparecem imersos nos cuidados e práticas das mães adolescentes em relação aos seus filhos.

### 3 – A REDE DE SIGNIFICAÇÕES: UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA

#### 3.1 A perspectiva da Rede de Significações

O presente estudo, ao tratar dos significados de maternidade para mães adolescentes de comunidades da cidade do Rio de Janeiro, utiliza a Rede de Significações (Red Sig) como referencial teórico (Rossetti-Ferreira, et al., 2004).

A perspectiva teórico-metodológica da Rede de Significações fundamenta-se em estudos sócio-históricos e históricos-culturais, tais como os desenvolvidos por Vygotsky (1991), Valsiner (1987) entre outros e propõe que a constituição da subjetividade e o desenvolvimento humano se dão a partir de processos complexos. O termo “rede” é utilizado com um sentido metafórico e foi incorporado, segundo Rossetti-Ferreira (2004), a fim de dar conta das diversas articulações e de apreender a complexidade em que os sujeitos e suas subjetividades se encontram imersos. Parte-se do princípio, então, que a busca pela compreensão do mundo e pela construção do conhecimento passa pela articulação de diferentes elementos, a qual permite a construção de uma malha, uma teia, na qual emergem um conjunto de significados e sentidos.

Destaca-se a importância de se definir, nesse momento, os conceitos de “significado” e “sentido”, que são bastante utilizados nesse estudo. Vygotsky (1991) ao refletir sobre “sentido” e “significado” concebe “sentido” como um conjunto complexo de todos os eventos psicológicos que a palavra provoca na consciência dos indivíduos. Enquanto o “significado” constitui-se em uma das zonas do sentido, possivelmente a mais estável e exata. Sendo assim, uma palavra passa a ter o seu sentido em um contexto específico. Havendo uma alteração desse contexto o sentido tende a ser também modificado. Ao contrário disso, o significado conserva-se o mesmo, independente das variações do sentido. Vygotsky (ibid) enfatiza ainda, que há muito se

tem consciência de que as palavras podem mudar de sentido, no entanto, pouco tempo atrás, ficou evidenciado que o sentido pode alterar as palavras, ou seja, que as idéias constantemente mudam de nome. Desta forma, assim como o sentido de uma palavra está relacionado com toda a palavra, o sentido de uma frase está relacionado com toda a frase e não com palavras isoladas.

Spink (1999) destaca a “construção social” (p.41) dos sentidos nos contextos de relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas. Assim, as pessoas constroem sentidos a partir de como compreendem e lidam com as situações e fenômenos ao seu redor. Nessa perspectiva, dar sentido ao mundo consiste em uma prática social e dialógica inerente ao ser humano, vital a sociedade e que é permeada pela linguagem em uso. Na realidade, a utilização da linguagem nada mais é que uma base de sustentação das práticas sociais geradoras de sentido, pela qual é possível compreender as práticas discursivas que atravessam as narrativas, argumentações e conversas cotidianas (ibid).

As práticas discursivas podem ser definidas, nesse contexto, como sendo os “momentos ativos de uso da linguagem”, em que as pessoas produzem sentidos e se posicionam nas relações sociais cotidianas (Spink, 1999, p. 45). Esses momentos são marcados não só pela produção, mas também pela resignificação e pela ruptura de sentidos. Contudo, é no processo de produção de sentidos nas práticas discursivas do cotidiano que as pessoas vivem o jogo de relações sociais. E é através desse jogo que as pessoas se inserem num processo de negociação constante e desenvolvem trocas simbólicas dentro de um espaço de intersubjetividade.

Retomando a perspectiva da Red Sig e relacionando-a com os pressupostos de Spink sobre a produção de sentidos tem-se a constituição da subjetividade como diretamente interligada a diversos sentidos e significados, que surgem a partir de diferentes interações que os indivíduos vivenciam em um contexto específico e complexo. Vale destacar, que o termo “subjetividade”, adotado nesse estudo, tem um sentido tanto social quanto individual, que permite delimitar de modo distinto, profundo, complexo e contraditório, a articulação entre o social e o individual no

psiquismo humano. Esse sentido tem como base a Teoria da Subjetividade de González Rey (2005), que define subjetividade como:

“A organização dos processos de sentido e de significação que aparecem e se organizam de diferentes formas e em diferentes níveis no sujeito e na personalidade, assim como nos diferentes espaços sociais em que o sujeito atua” (González Rey apud Martinez, 2005, p.15).

Fazendo-se uma articulação desse conceito com a Red Sig, a subjetividade pode ser tratada como uma organização plástica de significados e sentidos que emergem e são construídos dinamicamente nos espaços sociais que os sujeitos interatuam. Esses espaços são definidos pela Red Sig como “campos interativos” dialógicos, cujas múltiplas interações entre diversas relações se dão desde a concepção, nos primeiros contatos do bebê com o “outro social” (Rossetti-Ferreira, et al., 2004, p.24). Essas relações sociais são vistas como importantes tanto nos primeiros anos de vida, quanto ao longo de toda vida de uma pessoa, uma vez que impulsionam o processo de constituição da subjetividade. Elas são construídas a partir das “inter-ações”, das ações partilhadas e interdependentes. Essas ações, por sua vez, se dão através de processos dialógicos, em que cada pessoa se posiciona a partir da delimitação do fluxo de seus comportamentos interpretados pelo(s) outro(s) e por si mesmo (Rossetti-Ferreira, et al., 2004). Nesse sentido, as pessoas quando agem elas transformam dialogicamente seus parceiros de interação e também são transformadas por estes.

Com isso, pode-se afirmar que o outro se constitui e se define por mim e pelo o outro, ao mesmo tempo em que eu me constituo e me defino com e pelo outro. Essa dependência de processos relacionais entre a pessoa e o outro faz com que esta se depare em “jogos interativos”, os quais a partir de uma rede de relações vão mediando papéis e lugares a serem ocupados e ainda fortalece o caráter de multiplicidade da pessoa. Essa multiplicidade assim como possibilita o diálogo entre as vozes e posições ocupadas pela pessoa, permite a inovação e construção de novos posicionamentos e

processos de significação acerca do mundo, do outro e de si mesma. Esses jogos possibilitam também a construção das identidades pessoais e grupais ao longo de toda a vida da pessoa (Rossetti-Ferreira, et al., 2004).

Stuart Hall (2003) ao refletir sobre as identidades aponta que com as mudanças estruturais e institucionais advindas da pós-modernidade, o sujeito que era definido como tendo uma “identidade unificada e estável” está se transformando e passando a ter não apenas uma única identidade, mas várias identidades, algumas vezes contraditórias (p.12). Sendo assim, ao passo que os sistemas de significação e representação cultural se ampliam, os sujeitos são confrontados por uma multiplicidade de identidades e acabam por assumir identidades diferentes em diferentes momentos.

Esses diferentes momentos se relacionam na Red Sig com o contexto e o tempo em que os diversos processos ocorrem. Duas abordagens, contudo, têm sido adotadas pela Red Sig em relação ao papel do tempo nos processos de construção das identidades e constituição da subjetividade. No entanto, a abordagem a ser privilegiada nesse estudo considera o tempo como uma “dimensão que transcreve no decorrer dos processos, no fluxo das situações vividas” (Rossetti-Ferreira, et al., 2004, p.28). Essa dimensão desvela a noção de movimento, de acontecimentos em contínua mudança e reorganização, e ainda de transformação e desenvolvimento em contextos específicos.

Os contextos ou cenários, com base na perspectiva da Red Sig são “constituídos pelo ambiente físico e social, pela sua estrutura organizacional e econômica”, bem como são guiados por funções, regras, rotinas e horários exclusivos (ibid, p.26). E ainda, eles são definidos e definem as características das pessoas as quais neles estão inseridos, sendo também permeados pela articulação da história geral e local, interligados aos objetivos atuais, aos sistemas de valores, às concepções e às crenças.

Esse contexto, segundo a proposta da Red Sig, encontra-se mergulhado em uma matriz sócio-histórica composta por elementos sociais, econômicos, políticos, históricos e culturais e definida a partir da dialética inter-relação de elementos e condições socioeconômicas e políticas, com as quais as pessoas estão interagindo e se

desenvolvendo. Parte-se do pressuposto, então, que essa matriz é construída de uma multiplicidade de significados que contribuem nas análises dos processos de constituição da subjetividade. Ela torna-se presente na organização de espaços, de rotinas, de práticas e de discursos de determinado grupo de pessoas e de determinados contextos e é ao mesmo tempo transmitida, modificada e reconstruída pelas pessoas nos diversos contextos e com características culturais específicas. Considera-se relevante, então, aprofundar a questão da cultura como elemento fundamental dessa matriz sócio-histórica.

### 3.2 A cultura como elemento da matriz sócio-histórica

O destaque dado à cultura dentro da matriz sócio-histórica não é proposto de forma clara pela Red Sig, no entanto, a discussão da cultura dentro desse estudo torna-se necessária na medida em quem está permeando a construção dos significados e sentidos de maternidade para as mães adolescentes.

O enfoque dado aos aspectos culturais nos processos relacionados à socialização vem sendo incluído nas discussões da Psicologia desde o início do século XX. Segundo Bastos (2001), a consideração da cultura passa a pertencer ao domínio da Psicologia quando se pretende analisar os vínculos entre cultura e indivíduo; e também quando se considera a própria ciência psicológica, ou determinados contextos de investigação, como por exemplo o laboratório, como “artefatos culturais envoltos em significados socialmente regulados” (Super e Harkness, 1979 apud Bastos, 2001, p.48) ou como “invenções culturais” (Valsiner, 1989; Kessen, 1979 apud Bastos, 2001, p. 48). No entanto, ao longo da história da sociedade e da Psicologia, a inclusão dos aspectos culturais nas investigações se deu de uma maneira, que faz com que nos dias atuais se pareça uma novidade. Na realidade, a constituição da relação entre desenvolvimento-comportamento-cultura da pessoa se apresenta inicialmente através de autores da Idade Média, que já debatiam naquela época, sobre “variáveis ecológicas” ou “contextos sociopolíticos” associados aos comportamentos (Jahoba, 1995 apud Rossetti- Ferreira, et al., 2004). A cultura, desde esse período então, tem destaque e é utilizada para



explicar as mudanças sociais a cada geração através de um movimento de construção/reconstrução. Desta forma para haver história, o sujeito re-constrói a mensagem com maneiras novas de interpretá-la através do processo de transmissão. Esse processo de reconstrução passa, em certa medida, pelo que Spink (1999) chama de “desconstrução”, que consiste em uma reflexão capaz de gerar uma “desfamiliarização” com construções conceituais, as quais ao longo da história, transformaram-se em crenças e que por isso formaram grandes obstáculos para que outras construções conceituais possam ser construídas (p.27).

Observa-se, então, que vários trabalhos vêm abordando a relação pessoa-ambiente e em particular a relação desenvolvimento e cultura. A palavra cultura vem, no entanto, sendo definida de diferentes formas e analisada a partir de diversos enfoques. Para Valsiner, cultura, enquanto construções pessoais e/ou coletivas seria:

“Um instrumento, dinamicamente construído e reconstruído, para o desenvolvimento futuro, mais do que uma mera lista de regras e regulamentos que são impostos aos indivíduos, contra sua vontade, com o objetivo de controlá-los” (Valsiner apud Bastos, 2001, p.62).

Nessa perspectiva, ao contrário da idéia de uma entidade estática, a cultura - enquanto processo de natureza histórica e temporal, presente tanto no âmbito da vida coletiva quanto interpessoal - atua como um “organizador de relações de uma pessoa com outra e com seu ambiente” (Valsiner apud Bastos, 2001, p 63).

Vygotsky (1991), nessa discussão, considera que as funções psicológicas são construídas a partir das relações reais vividas pelos indivíduos humanos em ambientes culturalmente organizados. A internalização dos aspectos culturais, nesse caso, envolve a reconstrução da atividade psicológica, tendo como base às operações com signos, ou seja, signos externos transformam-se em signos internos, gerando assim novas formas de processos psicológicos existentes na e a partir da cultura.

É com base, então, nessa perspectiva, de que a cultura constrói e é construída pelos sujeitos e ainda permeia a construção de significados e sentidos, que os casos desse estudo serão analisados no próximo capítulo.

#### 4 - SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA: UM ESTUDO DE CASOS

##### 4.1 Considerações preliminares sobre a pesquisa qualitativa

Este estudo – visando, a priori, conhecer o conteúdo simbólico existente tanto no significado de maternidade para mães adolescentes de comunidades populares do Rio de Janeiro, quanto na prática de cuidados infantis dessas mães para como os seus filhos – constituiu-se em uma pesquisa qualitativa. Assim, sua metodologia é capaz de incorporar os significados enquanto elementos inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais (Minayo, 2000).

Segundo Flick (2004), a importância específica da pesquisa qualitativa para o estudo das relações sociais está intimamente relacionada ao fato da “pluralização das esferas de vida” (p.17). A mudança social exacerbada e a diversificação de esferas de vida fazem com que os pesquisadores sociais deparem-se, cada vez mais, com novos contextos e perspectivas sociais e com a necessidade de compreender os diversos significados subjetivos, as experiências e práticas cotidianas.

Dentro da perspectiva da pesquisa qualitativa, diferentemente dos métodos quantitativos, a comunicação do pesquisador com o campo e seus sujeitos são considerados como “parte explícita” da produção de conhecimento, ou seja, as subjetividades do pesquisador e do público alvo da investigação constituem-se em elementos do processo de pesquisa (ibid). Assim, as reflexões, impressões, irritações, sentimentos, etc. dos pesquisadores sobre suas ações e observações no campo configuraram-se em dados utilizados na interpretação e nas análises produzidas sobre a temática estudada.

Contudo, a pesquisa qualitativa apresenta várias abordagens, as quais se diferem em suas suposições teóricas, na forma como compreendem seu objeto e em seu foco

metodológico. Neste estudo, especificamente, tomou-se como referencial teórico a Rede de Significações (Rossetti-Ferreira, et al., 2004).

#### 4.2 Sujeitos e Contexto

Os sujeitos entrevistados eram cinco mães adolescentes primíparas com idades entre 15 e 17 anos de idade. A faixa etária foi estabelecida inicialmente a partir da definição prevista na legislação brasileira, especificamente no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que define adolescente como a pessoa entre 12 e 18 anos incompletos. O fato de se ter estabelecido essa faixa etária não significa que se levou em conta apenas a idade das adolescentes, nem a idade em que elas engravidaram, característica essa, que inclusive, não foi delimitada. Na realidade, o que foi levado em consideração foi o fato das adolescentes morarem com suas famílias de origem, serem solteiras e realmente só terem um filho, com idade igual ou superior a 06 meses de idade, de modo que as mesmas já tivessem um vínculo com a criança. Este perfil dos sujeitos entrevistados foi pensado, contudo, de modo a atingir o objetivo de apreender o significado de maternidade e os dados qualitativos que esse estudo de casos poderiam gerar.

As adolescentes entrevistadas eram moradoras de duas comunidades<sup>1</sup> de um complexo de comunidades, localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. O termo “complexo” aqui utilizado tem o significado semântico de “conjunto” e é como a localidade é chamada pela população e pelos órgãos oficiais.

O referido complexo de comunidades, segundo o IBGE (Censo 2000), tem 65.026 habitantes – o tamanho de um município de médio porte brasileiro e corresponde a 1,1% da população do município do Rio de Janeiro. A primeira comunidade referenciada nesse estudo, e que estaremos chamando de comunidade das Margaridas, segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação (SMH, 2003), é geograficamente grande e uma das mais empobrecidas em relação às demais do complexo. Essa

---

<sup>1</sup> Os nomes das comunidades (comunidade das Margaridas e das Rosas), utilizados nesse estudo são fictícios e foram trocados por questões éticas, a fim de se preservar a identidade da comunidade.

comunidade é conhecida como a “zona rural”. Caracteriza-se por se localizar em uma das partes mais interna e alta do “complexo”, pela dificuldade de acesso às casas, pela precariedade da estrutura urbanística e do saneamento básico, além de possuir o segundo menor indicador de renda familiar, sendo uma das comunidades que tem o maior número de desempregados. (Relatório nº 1 – Pesquisa Participativa sobre a Infância e a Adolescência, 2003).

A segunda comunidade, chamada nesse estudo de comunidade das Rosas, por sua vez, é a terceira comunidade do “complexo” com menor renda familiar, apesar de ser uma das comunidades com o menor número de desempregados. Nessa comunidade, encontra-se intenso movimento de pessoas, um numeroso e variado comércio e um acesso mais facilitado a serviços de lazer e de saúde.

Dentre as onze comunidades que compõem esse “complexo”, as comunidades das Margaridas e das Rosas foram escolhidas em função da facilidade de acesso e circulação da pesquisadora, decorrentes de trabalho social realizado anteriormente na localidade. Essa facilidade foi reforçada ainda pelo fato de se ter tido um vínculo profissional com as comunidades e se conhecer algumas lideranças e moradores, o que possibilitou a identificação e contato com as adolescentes entrevistadas.

As cinco adolescentes entrevistadas, sujeitos-focais deste estudo, moravam ou na parte alta da comunidade das Margaridas ou na parte mais interna da comunidade das Rosas, próximo à divisa entre essas duas comunidades. Todas elas eram solteiras, engravidaram entre 13 e 16 anos de idade e viviam com suas famílias de origem. Nesse sentido, o estabelecimento prévio de um perfil das adolescentes veio a dificultar, de certo modo, a seleção das meninas para a pesquisa. O processo de escolha dos sujeitos está descrito detalhadamente nos procedimentos da pesquisa.

#### 4.3 Instrumentos e Procedimentos

O estudo qualitativo proposto foi realizado a partir da aplicação de uma entrevista semi-estruturada com as mães adolescentes, constituída pelos seguintes eixos:

maternidade; desempenho da função materna; papéis familiares; educação/ trabalho; cuidados infantis e rede de apoio. Seu roteiro encontra-se em anexo.

A entrevista semi-estruturada ou semipadronizada, caracteriza-se segundo Flick (2004), por possuir um guia ou roteiro que faz menção a diversas áreas de tópicos, cada uma delas introduzida por uma questão aberta e finalizada por uma questão confrontativa. As questões abertas normalmente são perguntas de sentido amplo, que fazem com que o entrevistado dê respostas com base no conhecimento que possui e que é acionado logo que o mesmo houve a pergunta. São elaboradas também questões voltadas para a literatura científica sobre o tópico e/ou questões baseadas nas pressuposições teóricas do pesquisador. Por fim, as questões confrontativas permitem que se estabeleça uma correspondência entre teorias e relações apresentadas pelo entrevistado até aquele item, de modo que é possível ao entrevistador reexaminar criticamente às respostas dadas.

Essa entrevista semi-estruturada foi realizada após submissão e aprovação do projeto de pesquisa pela Comissão de Ética do Núcleo de Saúde Coletiva (NESC) da UFRJ, sob o nº 132915/200500-7. Em seguida, foi feito um contato com lideranças das comunidades, a fim de se apresentar a proposta da investigação e traçar uma estratégia de identificação de possíveis sujeitos-focais.

O apoio das lideranças comunitárias, nesse contexto, foi de suma importância no trabalho de campo, na medida em que facilitou a circulação e a localização de adolescentes, que se encaixassem dentro do perfil pré-estabelecido. Nesse sentido, essa não foi uma tarefa fácil, visto que se observou que o fenômeno da maternidade nas camadas populares se dá em um contexto muito complexo, permeado por várias questões sociais, em especial pela pobreza e pela exclusão social, além da complexidade e fragilidade das relações interpessoais e familiares. Em alguns momentos, até pareceu que não existiam casos de mães adolescentes na localidade, visto que algumas das adolescentes indicadas pelos líderes comunitários não se encaixavam em todos os critérios delimitados no estudo.

O meu vínculo com a comunidade<sup>2</sup> também foi fundamental, na medida em que permitiu que eu fizesse uma busca segura pelas ruas, becos e vielas das comunidades, conversando com as pessoas e batendo nas casa à procura das mães adolescentes. Ao passo, então, que as primeiras entrevistas foram realizadas, a seleção das meninas foi sendo facilitada, uma vez que uma adolescente ia indicando a outra a partir da sua rede de convivência.

No contato inicial com cada adolescente apresentou-se a proposta do trabalho e se esclareceram todos os procedimentos éticos da entrevista, incluindo o uso do gravador e o termo de consentimento. Estando a adolescente interessada em participar da pesquisa, marcava-se um segundo momento, que contava com a presença de pelo menos um de seus responsáveis, a fim de se passar todas as informações sobre o estudo e coletar as assinaturas dos termos de consentimento informado. De um modo geral, esse contato com um membro da família das meninas era marcado por uma recepção muito boa e acolhedora, visto que a adolescente já havia passado parte das informações sobre o estudo. Vale destacar mais uma vez, que o vínculo com a comunidade e a referência que se tinha das lideranças comunitárias facilitaram bastante todo o processo.

Com todas as questões éticas e as informações sobre o estudo apresentadas, e o termo de consentimento assinado, realizava-se a entrevista no mesmo dia ou remarcava para um outro momento. As entrevistas foram realizadas sempre aos sábados, inicialmente pela manhã e depois - por sugestão das próprias adolescentes - à tarde. Eram conduzidas em espaços alternativos fora da casa das adolescentes, tais como uma sala na quadra esportiva da comunidade das Rosas e uma creche comunitária da comunidade das Margaridas, a fim de se dispor de um local calmo, sem barulho, arejado e sem influência de familiares e outras pessoas no momento de sua aplicação. Acredita-se que o uso de outros espaços que não a própria residência fez com que as adolescentes parecessem estar mais à vontade na hora de falar. As entrevistas duraram, em média, entre quarenta e cinco minutos a uma hora, e em alguns casos contavam com a presença dos filhos das adolescentes, visto que parte delas não tinha com quem deixar as crianças. Vale destacar ainda, que o uso do gravador pareceu não inibir as garotas, uma

---

<sup>2</sup> O vínculo aludido foi estabelecido pelo fato de eu ter trabalhado na comunidade durante o período de 2003 até o primeiro trimestre de 2005.

vez que elas ignoraram a presença do instrumento de coleta de dados. Por fim, cabe esclarecer que os nomes das adolescentes e de seus filhos foram trocados por questões éticas, a fim de preservar a identidade dos mesmos.

Desta maneira as entrevistas foram integralmente transcritas e após a realização de leituras e recortes dos trechos relacionados a questão de estudo foi submetida a uma análise de conteúdo a partir dos pressupostos da Rede de Significações.

#### 4.4 Vivências das mães adolescentes: os casos estudados

##### A) O caso de Diana

Diana é uma adolescente de 16 anos de idade que foi mãe aos 13. Ela mora com a filha de dois anos, a avó materna e mais outras seis pessoas, as quais compõem sua família (tia, tio, primos). Diana teve sua primeira relação sexual com 12 anos de idade e afirmou que sua gravidez não foi planejada. Na realidade, apesar de ter alguma informação sobre as formas de prevenção de uma gravidez indesejada, ela comenta que não utilizava nenhum método contraceptivo. Sua gravidez em termos fisiológicos foi tranqüila, sem nenhum problema de saúde, ela diz ter ficado meio “depressiva” durante a gestação e que a sua família a discriminou e a rejeitou quando souberam da notícia da gravidez. Sua mãe, inclusive, chegou a cogitar a possibilidade de realização de um aborto, no entanto a adolescente se recusou a fazê-lo. Após o nascimento da criança, a família de Diana assimilou a nova condição da adolescente e aceitou a presença de sua filha.

Diante desse contexto, Diana ao falar sobre a maternidade parece meio confusa e verbaliza que não se sente como uma mãe:

ENTREVISTADORA: O que seria pra... O que é ser mãe pra você?



DIANA: Eu não sei não. Eu não me vejo como uma mãe, por que sei lá. Por que a minha filha, ela fica mais com a minha mãe, com a minha vó, por que eu estou sempre estudando. Tô aqui no projeto. Aí fica muito difícil eu ficar com ela, mas eu gosto de tá com ela, sei lá.

(...)

ENTREVISTADORA.: É, é, é, o que exatamente que você acha que é... Que tem de diferente do que você faz e o que uma mãe deveria fazer?

DIANA: É como eu já te disse que eu não ligo pra minha filha. Eu gosto dela, entendeu? Mas eu não ligo se ela tá doente, se ela o que... Que ela tá assim... Se tá frio, ela não tá agasalhada. Eu não ligo. Pra mim do jeito que ela tá, tá bom. Então, eu tinha que ver essas coisas, né?

(DIANA, 16 anos)

A adolescente demonstra sentir-se ambivalente em relação a ser mãe. Ela disse gostar da criança, mas acha que não lhe dá os cuidados suficientes. Chega até mesmo, parecer negar a sua maternidade, ao afirmar que não se vê como uma mãe. Ao dizer que "... tinha que ver essas coisas" parece também que se culpa por não assumir as funções que ela atribui às mães: atenção e cuidado e que ela delega à sua própria mãe e à sua avó. Assim, a figura da "mãe devota" (Badinter, 1985; Nóbrega, 1995) aparece na definição que ela construiu de maternidade, apesar dela não se identificar com a mesma.

ENTREVISTADORA: Quais as funções que você acha que uma mãe tem? (silêncio) O que você acha, faz, tem que fazer ou deve fazer no seu dia-a-dia em relação a sua filha?

DIANA: Ah, tem que fazer de tudo. Tá dando atenção ao meu filho, né? Por que tem crianças que quando cresce, assim, pensa: "poxa, minha mãe não me dava atenção". Aí, pó, tem que dar bastante atenção a ela. Se dedicar muito a ela, pra no futuro dela,

quando ela tiver maior ela pensar: “poxa, minha mãe me tratava super bem, cuidava de mim”. Pra não ter um pensamento diferente.

(DIANA, 16 anos)

Este trecho sugere que Diana, ao remeter á própria infância, ressent-se de não ter tido atenção suficiente por parte de sua própria mãe. Assim, ao posicionar-se no papel de mãe, ela repete o comportamento materno.

DIANA: Poxa, por que uma mãe ideal não é igual a mim que não, não. Assim. Minha filha tava passando mal. Aí minha avó falou assim: “Vamos levar ela no médico”. Eu falei: “ah não vou levar ela não. Se você quiser você leva”. Por que eu não ligo quando ela tá doente. Se minha vó levar, minha mãe levar... Pra mim elas levando, tá bom. Não precisa de mim levar. Então, eu acho que isso não é uma mãe ideal, por que quando uma filha tá doente a mãe fica preocupada, né? A mãe é a primeira a falar “Vamo levar minha filha no médico”. Eu já não boto essa questão, vamo levar ela. Falo “não, deixa ela aí que ela vai melhorar”. Já pensou assim... Então eu não me considero uma mãe ideal.

ENTREVISTADORA: Mas por que será que você é, é... Não pensa logo em levar?

DIANA: Ah, sei lá. Acho que por que, por eu ter tido ela muito nova. Eu acho que eu não tinha aquela responsabilidade pra ser uma mãe, qual é a minha situação com a minha mãe é a da minha filha comigo, entendeu?

(DIANA, 16 anos)

Vê-se que, apesar de repetir o comportamento de sua mãe, Diana sente-se culpada por não se identificar como uma “mãe ideal”. Este conflito intensifica-se

quando Diana se posiciona como adolescente, já que sua auto-imagem e necessidade de adolescente não comportam a maternidade.

O sentido que Diana confere à sua maternidade também é construído a partir da rede de relações que ela estabelece em diversos contextos, sendo atravessado por significados sócio-culturais de maternidade que ela acabava reproduzindo. Pode-se, então, apontar sua relação com seus pais, com o pai de sua filha e ainda o sentimento de perda da liberdade, elementos do jogo interativo que permeavam a construção de seu sentido de maternidade. A adolescente não tinha uma relação boa com o pai e ao falar sobre o assunto associa a relação de sua mãe com o seu pai, com a relação dela com o pai de sua filha:

ENTREVISTADORA: E, e, e, qual o papel de um pai pra você?  
(silêncio)

DIANA: Ah, eu não sei, Ivana. Por que eu não convivi com meu pai. Também a mesma história da minha, foi da minha mãe. Quando ela... Quando eu nasci meu pai não ficou com ela. Então desde... Eu cresci com a minha vó. Eu moro com a minha vó. Eu não morava com ele. Então não tive aquela paternidade dele. Então não sei como é que é um pai.

ENTREVISTADORA: Humm, humm. É assim que ocorre com o pai da sua filha?

DIANA: É a mesma coisa. E, e, e... Muitas das vezes não considera ela como filha dele. Às vezes ele passa na rua, fala com ela, mas ele num... Sei lá... Num se diz pai dela, entendeu? Já um outro filho que ele tem, ele ajuda pra caramba. Aquela criança é tudo pra ele. Mas a minha filha... É como se ela não existe. Então, eu acho isso chato, entendeu? Por que desde o momento que eu engravidei dele, ele tinha que ter ficado do meu lado. Não ter ficado comigo, mas ter se dedicado a ela, né? E se considera o pai dela, mas... (inaudível).”

(DIANA, 16 anos)

O pai da filha de Diana era ausente e não ajudava na educação da criança. Essa situação tende a fazer com que adolescente enfatize a sua identificação com a sua figura materna, que segundo ela teve uma história muito parecida com a sua. Por outro lado, a relação da adolescente com a sua mãe era bastante fragilizada, não existindo muito diálogo entre elas, o que faz com que Diana demonstre uma certa mágoa em relação à sua mãe, a qual ela gostaria que fosse mais presente e pudesse orientá-la de um modo em geral.

ENTREVISTADORA: Humm, humm. É, é, é... Como é a sua relação da sua mãe no seu dia-a-dia?

DIANA: Poxa, é muito triste, por que eu vejo ela só na escola, por que nós estuda junta. Ela trabalha muito, o dia todo trabalha. Aí às vezes assim... Final de semana que ela tá em casa, eu quase não paro pra ir ver ela. Quando ela para perto de mim é pra me dar esporro de alguma coisa que os outros já foi falar pra ela.

(...)

ENTREVISTADORA: É, é... Tem pessoas que te deram dica ou te dão dicas do que fazer como mãe?

DIANA: Não. Ninguém nunca me falou nada, não. Primeiro também que eu pensava que... Como minha mãe fala assim: “Ah, você num, num, num cuida da sua filha, não sei o que”. Ela mesmo tinha que chegar pra mim e conversar comigo, né? Por que ela como mãe, mais velha do que eu, ela tinha que me dizer, me orientar das coisas, mas ela não conversa comigo, ela não fala. Então fica difícil, né?”

(DIANA, 16 anos)

Diana justifica a sua forma de cuidar da sua filha em função de sua posição de adolescente e pelo fato de sua mãe não orientá-la e não atender às suas expectativas de

filha. Em certa medida, essa relação entre a adolescente e sua figura materna era compensada pela figura da sua avó, que, assim como sua tia, compunham a sua rede de apoio, influenciando diretamente em suas práticas educativas e cuidados com sua filha. No entanto, a adolescente considera que não têm outras pessoas, além de sua mãe para orientá-la:

ENTREVISTADORA: Humm, humm. Na realidade sua relação hoje é muito mais forte com a sua avó?

DIANA: É mais cá minha vó que... Eu converso com ela, com a minha tia. Assim, fico mais com a minha avó, com a minha tia. Com a minha mãe não.

ENTREVISTADORA: Tá. Elas te ajudam de alguma forma?

DIANA: Como assim?

ENTREVISTADORA: Em relação a sua filha?

DIANA: Me ajuda.

ENTREVISTADORA: De que forma?

DIANA: Ah, elas cuida dela. Às vezes assim quando minha tia tá com dinheiro, assim ela compra as coisas pra minha filha. Minha avó também. Se eu quero sair, vim pro curso, vim pra escola, elas olha pra mim.

(DIANA, 16 anos)

Pelo fato de sua mãe ocupar uma posição afetivamente mais importante para ela do que a ocupada pela avó e a tia, ela queixa-se da falta de apoio por parte da mãe, minimizando a efetiva colaboração dos parentes.

A forma que a avó e a tia de Diana assumiam os cuidados com a sua filha, sem cobrar dela a responsabilidade e o compromisso com a criança, parecia demonstrar que também a sua família lhe permitia se posicionar como uma adolescente, que não tem condições de cuidar integralmente da menina. Essa postura da avó e da tia contribuía para reforçar a maneira como a adolescente se posicionava diante das funções maternas.

Estabelecia-se assim, uma situação cômoda, em que Diana parecia não se preocupar com os cuidados com a filha, porque sabia que a avó e a tia o fariam.

ENTREVISTADORA: Se você tivesse que mudar a forma de cuidado da sua filha, o que é que você mudaria?

DIANA: Ah, acho que eu não mudava nada mesmo não. Pra mim tá bom assim do jeito que tá.

ENTREVISTADORA: É, é, é... O que você poderia falar, é, é... Sobre você hoje como mãe? O que você poderia falar um pouco mais? Só pra gente finalizar.

DIANA.: Pô, igual eu te disse. Antes d'eu ter minha filha, é, é... Como um... Sei lá... Eu não me sentia assim uma pessoa de verdade, me sentia, sei lá, triste, angustiada, essas coisas assim. Até por causa da adolescência, as pessoas têm paixão, essas coisas assim. Aí se sente triste, aí pensa: pó, será que eu vou dar certo com aquela pessoa dali? Aí depois que eu tive minha filha, eu já mudei o meu modo de pensar, meu jeito de agir. Antes d'eu fazer as coisas, eu penso primeiro nela, se eu vou fazer tudo certo. Será que isso vai prejudicar alguma coisa? Será que isso vai ter um futuro pra minha filha? Será que se eu parar de estudar, depois qual o futuro que eu vou dar pra minha filha? Então eu penso, tenho que estudar para me ter minha profissão. Pra me poder ajudar minha filha, né? Depois que ela nasceu, eu sou uma pessoa totalmente diferente.

(...)

ENTREVISTADORA.: É... Antes de engravidar, quais eram seus planos pra o futuro?

DIANA: Ah, eu tinha vontade de estudar, terminar meus estudos, fazer a minha medicina que eu tenho vontade de fazer. Mas ela não me atrapalhou, mas só me atrasou alguns anos que eu ainda vou estudar.

(DIANA, 16 anos)

Na primeira parte deste trecho, a família aparece como uma base de apoio no seu processo de adaptação às funções maternas, tal como observado nos estudos de Da Costa (2002), Afonso e Filgueiras (1996), Silva e Salomão (2003), Nóbrega (1995) entre outros. Na realidade, a maternidade tende a potencializar a rede de apoio representada por essa família. Na parte final deste trecho, pode-se perceber que a maternidade serviu como uma base para que Diana desse continuidade aos seus planos que traçara para o seu futuro.

Observa-se ainda na história de Diana que ela vivencia conflitos ao lidar com as inúmeras questões que emergem a partir da posição que ela assume enquanto adolescente, mãe e filha. Esses conflitos têm marcado o sentido de maternidade para a adolescente, suas relações com seus familiares, em especial com a sua filha, além de influenciar o exercício de suas funções maternas. Diana tinha uma resistência a assumir os cuidados com a sua filha e por isso não costumava se preocupar com a alimentação da criança, nem em levar a menina ao médico – mesmo que a filha estivesse doente. Em resumo, ela acabava não assumindo as suas funções enquanto mãe.

DIANA: É como eu já te disse que eu não ligo pra minha filha. Eu gosto dela, entendeu? Mas eu não ligo se ela tá doente, se ela o que... Que ela tá assim... Se tá frio, ela não tá agasalhada. Eu não ligo. Pra mim do jeito que ela tá, tá bom. Então, eu tinha que ver essas coisas, né?

ENTREVISTADORA.: Você já parou pra pensar por que que isso acontece?

DIANA: Não. Nunca parei pra pensar nisso não.

ENTREVISTADORA.: Mas não te incomoda também o fato de você saber que não cuida?

DIANA: Ah, às vezes incomoda, por que eu vejo algumas mães... Assim... Igual a minha tia. A filha dela é tudo pra ela. Assim...

pra ela... Ela tá fazendo pela aquelas crianças. Aí fica: Diana não liga pra filha dela, não dá um almoço, não dá isso, não dá aquilo.

(DIANA, 16 anos)

Cabe acrescentar que Diana considerava que a maternidade havia alterado pouco a sua rotina, já que ela continuava realizando as mesmas atividades que tinha antes e permanecia estudando. Pantoja (2003) aponta que a maternidade, apesar de alterar a rotina das adolescentes pobres - que têm muitas dificuldades e poucas alternativas de vida – não as limitam a aceitar tão somente o desempenho dos papéis de mães e donas-de-casa, embora sejam estes também muito valorizadas por elas.

#### B) O caso de Carolina

Carolina tinha 16 anos de idade, foi mãe aos 14 e morava com o pai, a mãe, o irmão e a filha, que no momento da entrevista estava com dois anos de idade. Carolina teve a sua primeira relação sexual aos 13 anos. Afirmou que sua gravidez não foi planejada e que não utilizava nenhum método contraceptivo, apesar de conhecer a camisinha. Os membros de sua família quando souberam da notícia da gravidez ficaram chateados, porém lhe deram apoio, em especial a sua mãe. Contudo, eles pareceram não ter tido muitas dificuldades para assimilar a nova condição da filha e apoiar a chegada de seu bebê – tal qual observado nos estudos de Silva e Salomão (2003):

ENTREVISTADORA: E como sua família viu a sua gravidez?

CAROLINA: Eh.. Meu pai que ficou um pouquinho chateado, triste. Ah, a minha mãe que aceitou numa boa. Conversou muito comigo. Falou que filho não é brincadeira. Me explicou tudinho. Até hoje me ajuda.

(CAROLINA, 16 anos)



A partir desse contexto, a adolescente ao falar sobre a maternidade se posiciona como uma “boa” mãe e define que ser mãe é desempenhar algumas tarefas:

ENTREVISTADORA: Carolina, eh. Qual o seu conceito de maternidade?

CAROLINA: Assim, como eu me sinto ser mãe?

ENTREVISTADORA: É isso.

CAROLINA: Eu me vejo uma boa mãe.

ENTREVISTADORA: Eh... E o que, o que é ser, o que é ser mãe pra você?

CAROLINA: É... Cuidar, passear, ter paciência, ficar presente quando está doente.

(CAROLINA, 16 anos)

Esse depoimento aponta, em certa medida, que a adolescente se percebia na posição de mãe. E ainda, que o seu sentido de maternidade parece ser permeado pelo “mito do amor materno” (Badinter, 1985), em que a mulher tem o “dom natural” de ser uma “boa” mãe (Afonso e Filgueiras, 1996) e a vocação para cuidar, alimentar, zelar (Dias e Lopes, 2003; Pantoja, 2003; Martin e Ângelo, 1999; Nóbrega, 1995, entre outros) pela saúde do filho. Essa ideologia é transmitida de gerações a gerações e tende a ser parte integrante da matriz sócio-histórica da maioria das mulheres, de modo a classificá-las como boas mães e mães ruins, negligentes, incompetentes.

Carolina considera que a sua gravidez não mudou sua vida em nada, que continua corrida. Ela ainda estava estudando e tinha os mesmos planos para o futuro que tinha antes de ter sua filha.

ENTREVISTADORA: Humm, humm. Antes de engravidar, quais eram seus planos para o futuro?

CAROLINA: Não era ter filho agora, né? Por que o resto não mudou nada. Continuo estudando. Eu tinha meus planos e ainda continuo.

ENTREVISTADORA: Hummm humm. Eh... E como é que ficou sua vida hoje, após ser mãe?

CAROLINA: Corrida. Bem corrida.

(CAROLINA, 16 anos)

No entanto, pareceu mostrar uma certa ansiedade, angústia em função da cobrança familiar e de si própria pelo novo papel e pelas perdas decorrentes.

A adolescente, ao falar sobre as funções de uma mãe, afirma a necessidade das mulheres em dar uma atenção permanente aos seus filhos:

ENTREVISTADORA: Humm, humm. Quais as funções de uma mãe para você?

CAROLINA: A mãe tem que está presente o tempo todo do lado do filho.

(CAROLINA, 16 anos)

Isso tende, segundo Nóbrega (1995), a fazer com que as mães coloquem as crianças como o objeto único de atenção, imaginando-se “devotas”. Isso porque a maternidade muitas vezes é vista como uma tarefa a ser exercida em tempo integral, cuja dedicação exclusiva deve estar ligada, segundo Martin e Ângelo (1999) e Rocha-Coutinho (1994), ao bom desempenho materno.

Observou-se ainda que Carolina, apesar de ter verbalizado a importância de uma mãe se dedicar exclusivamente aos cuidados do filho, não tinha muito tempo de ficar com a filha, visto que durante a semana a criança ia pra creche e a noite a adolescente ia pra escola. Já nos finais de semana, a menina ficava com ela nos sábados e passava o domingo com o pai:

ENTREVISTADORA: Me diga mais ou menos, resumidamente, como é o dia-a-dia de vocês na casa?

CAROLINA: Ah.. Eu fico praticamente sozinha. Que minha mãe trabalha, meu irmão (silêncio), meu pai. Minha filha vai pra creche.

(...)

ENTREVISTADORA: Humm, humm E qual o momento em que vocês tão juntos? Já que um ta trabalhando, outro ta estudando. Tem algum momento que ta todo mundo reunido?

CAROLINA: Só dos domingo. A minha filha fica feliz, pois ela vai pra casa do pai dela. Aí só fica eu, meu pai, meu irmão.

(CAROLINA, 16 anos)

Apesar do pouco tempo que parece se dispor para ficar com sua filha, Carolina assume uma posição de mãe. No entanto, tem dificuldades em conciliar esse posicionamento com sua identidade de adolescente:

Entrevista: Humm, humm. E o que você acha que as pessoas da sua comunidade, da sua família consideram como uma mãe deve ser, deve agir?

CAROLINA: Ah.. Sei lá. Muita gente deve achar que eu não sou uma boa mãe, mas... Ah..., por que ainda sou adolescente. Ainda sou pouquinho sem juízo, né?

(CAROLINA, 16 anos)

Para Carolina estar na posição de adolescente, faz com que ela não tenha muito “juízo”. Em outras palavras, não seja responsável o suficiente para assumir uma criança. Assim, percebe-se a sua dificuldade em integrar essas duas identidades em um único posicionamento: o de “mãe adolescente”.

A adolescente tende, contudo, a se diferenciar das outras mães – em especial de sua mãe – quando comenta o seu posicionamento neste papel. Segundo ela, sua mãe se preocupa mais com Renata, do que ela.

ENTREVISTADORA: Você acha que tem alguma diferença do que você faz como mãe e o que você acha que você deveria fazer?

CAROLINA: Acho.

ENTREVISTADORA: O que, por exemplo?

CAROLINA: Assim. Às vezes eu... Quando minha filha está doente. Eu não sei que ela... Eu tenho preocupação, mas... Minha mãe tem mais preocupação que eu. Eu acho que eu tinha que ter mais preocupação.

(CAROLINA, 16 anos)

Vê-se que ela se questiona em relação a atenção que dispensa à própria filha.

Carolina, ao falar sobre o seu relacionamento com o pai de sua filha, resente-se do fato dele ter decidido não assumi-la, reportando-se a graus variáveis de distância assumida por ele:

ENTREVISTADORA: É, é... Isso que ocorre com o pai da sua filha? Como é que é a relação dele?

CAROLINA: Ele é um pouquinho distante. Assim com a gente. Já foi mais junto. Mas ele que fica com ela agora. Pega ela todos os domingos pra ficar com ele. Cuida dela. É... Agora ele tá, acho tá voltando a ser o que ele era antes. Por que teve uma época que ele ficou meio distante.

ENTREVISTADORA.: Tá. E como ele era antes?

CAROLINA: Antes de ele ficar distante?

ENTREVISTADORA: Humm humm.

CAROLINA: Ele ia lá em casa. Ficava com ela, brincava com ela. Ficava direto lá em casa. Direto. Aí, teve uma época que ele se distanciou um pouco. Ficou meio distante. Aí ele já não ia mais lá

em casa. Dizia preu não ir na casa dele. Agora ele me liga: “Carolina vou pegar a Renata”.

(CAROLINA, 16 anos)

Entretanto, apesar do pai não estar tão presente quanto Carolina gostaria, ele participa regularmente da vida da criança.

Em função dessa insatisfação de Carolina, investiguei que atribuições ela conferia ao papel materno:

ENTREVISTADORA.: E qual o papel de um pai?

CAROLINA: O papel do pai é quase o da mãe. Só que a mãe é é... Tem mais... Assim... Liberdade pra comigo que meu pai.

(CAROLINA, 16 anos)

Nota-se que ela respondeu a questão se colocando no lugar de “filha” e, assim, se referiu à sua própria dinâmica familiar. A sua mãe parece ter uma influência importante na sua vida. Isso foi evidenciado quando ao falar sobre pai, ela se remeteu à mãe. No entanto, Carolina ao valorizar a sua relação com sua mãe, afirma que essa nem, sempre foi muito “boa” e que vem melhorando aos poucos:

ENTREVISTADORA: Como é sua relação com sua mãe no seu dia-a-dia?

CAROLINA: É boa. Já foi pior (risos). É bem legal. É boa.

ENTREVISTADORA: Pior, quando?

CAROLINA: Assim... Por que antigamente brigava mais, agora... (silêncio) Agora eu acho que eu tô, tô, eu tô ficando mais madura. Minha mãe já está se abrindo melhor.

ENTREVISTADORA: Agora, na realidade... Você acha que tem alguma relação do antes de você e sua mãe e agora? Como é que é isso? A sua relação antes e depois de você ser mãe?

CAROLINA: Antes d'eu ser mãe era meio..., boa. Aí depois, pô..., Aquele negócio de ficar “responsabilidade”, não sei o quê. “Faz isso direito. Você não faz isso direito”. Aí assim... Foi coisando, mudando. Mas agora a gente voltou. Chegou agora, ela tá vendo que eu estou amadurecendo, abrindo a mente.

(CAROLINA, 16 anos)

É interessante observar que, anteriormente, Carolina havia manifestado a sua preocupação em melhorar a relação com sua filha. Nesta última passagem, ela relata um processo similar de mudança na relação entre ela e sua própria mãe. Nota-se, assim, que ela reproduz na relação com a filha o relacionamento que tem com sua mãe. Ou seja, ela se posiciona como mãe através da identidade com a própria mãe. Isto lhe garante que, mesmo adolescente, possa situar-se como mãe.

A mãe de Carolina, conforme os estudos de Afonso e Figueiras (1996) tende a ter um papel central na família, principalmente para a adolescente, na medida em que tende a ser o ator principal no suporte e apoio no desempenho das funções maternas da jovem e no cuidado da mesma com seu filho. A figura materna de Carolina, assim como o seu pai, são as pessoas que a orientam e que fazem parte de sua rede de apoio. Essa rede comporta ainda seu irmão, sua avó, seu padrinho, sua madrinha, seus vizinhos e a creche, onde a criança passa a maior parte do tempo.

ENTREVISTADORA: Você falou que sua mãe ajuda a cuidar da sua filha. Mais alguém ajuda a cuidar dela?

CAROLINA: Ajuda, às vezes. Minha avó fica também com a minha filha. Meu padrinho, que é meu avô. A madrinha dela que... Se eu precisar de um, um... Sair com ela, peço a minha vizinha pra ela ficar.

(CAROLINA, 16 anos)

Essa rede de apoio, segundo Afonso e Filgueiras (1996) tende a ser potencializada através da figura materna, que acaba tendo um papel de articuladora da rede de parentes. Parentes esses que se ajudam mutuamente, não apenas por ser parente do ponto de vista biológico, mas principalmente porque esse parentesco é percebido, interpretado e vivido do ponto de vista cultural (ibid).

Por fim, mesmo sentindo a perda da liberdade decorrente da maternidade, a adolescente aos poucos. Foi assumindo as suas funções maternas, na medida em que quando era possível levava a criança ao médico, à creche, à casa do pai: além de cuidar das roupas e da higiene pessoal da menina:

ENTREVISTADORA.: Você costuma levar ela ao médico?

CAROLINA: Levo sim.

ENTREVISTADORA.: É você mesma que leva a sua filha?

CAROLINA: É. Sou que levo quando tem consulta marcada. E se ela ficar doente de repente eu levo.

(CAROLINA, 16 anos)

Carolina diz que não mudaria a maneira de cuidar de sua filha. No entanto, considera que poderia ser mais responsável no desempenho de sua função materna:

ENTREVISTADORA.: Se você tivesse que mudar a forma de cuidar da sua filha. O que você mudaria?

CAROLINA: Ah, até que não mudaria nada. Por que eu acho que eu cuido dela bem.

ENTREVISTADORA.: Humm. É, é, é. O que você poderia falar sobre hoje, sobre você hoje como mãe?

CAROLINA: Ah, sei lá.

ENTREVISTADORA.: Como é que você se sente como mãe?

CAROLINA: Ah, assim. Eu acho que eu tenho pouca responsabilidade. Eu acharia que eu tinha que ter mais, mas pra isso só o tempo pra fazer.

ENTREVISTADORA.: Humm, humm. De que forma você acha que poderia adquirir mais responsabilidade?

CAROLINA: Ah, assim. Ah. (silêncio). Não sei, mas sei lá. Daqui uns meses.

ENTREVISTADORA.: Você acha que durante o tempo que você engravidou até hoje, é... Mudou um pouco?

CAROLINA: Mudou.

ENTREVISTADORA.: Essa coisa da responsabilidade?

CAROLINA: Mudou muito. Antigamente eu não tinha responsabilidade. Não tinha com o que me preocupar. Saía da escola, não tinha que vim correndo. Antigamente eu vinha naquela calma, brincando com as minhas colegas. Agora não. Bate o sinal pra vim embora, eu venho correndo.

(CAROLINA, 16 anos)

Novamente, vê-se aqui a identificação feita por Carolina entre o relacionamento que tem com a própria mãe é a que desenvolve com a filha: ambas devem tornar-se melhor com o passar do tempo.

Na realidade, Carolina como qualquer outra adolescente, vem tentando se adaptar às novas responsabilidades que a posição de mãe lhe confere. Parece também querer conciliar de forma mais favorável as demandas decorrentes da construção das identidades de adolescente, de mãe e de filha que, conforme apresenta Hall (2003), se alternam no seu dia-a-dia.



### C) O caso de Joana

Joana era uma adolescente de 17 anos, que foi mãe aos 16 e mora com o pai, a mãe, dois irmãos, uma prima e sua filha de 06 meses. Ela teve sua primeira relação sexual com 12 anos e afirmou que sua gravidez não foi planejada, que conhecia métodos contraceptivos quando engravidou, apesar de não fazer uso de nenhum método.

ENTREVISTADORA: Você falou que não estava esperando, mas você conhecia alguma forma de prevenir?

JOANA: Conhecia, mas não usava.

ENTREVISTADORA: Qual o tipo de método que você conhecia?

JOANA: Todos, todos os métodos. Todo os anticoncepcionais. Todos. Todos eu conhecia, mas não usava. Não usufruía nenhum deles.

(JOANA, 17 anos)

Esse depoimento aponta para o que muitos autores ( Aquino, 2003; Heilborn, 2002, 1999; Brandão, 2004; entre outros) vêm discutindo: que as adolescentes têm engravidado apesar de terem informações sobre os métodos contraceptivos e as formas de prevenção de uma gravidez indesejada.

Joana relata que não estava preparada para ser mãe. Ela se posiciona inclusive, como uma criança, e não uma como uma adolescente.

ENTREVISTADORA: E como surgiu esse desejo de ser mãe?

JOANA: Ah foi surpresa. Foi de repente. Quando eu descobri, eu não tava preparada, mas daqui mais um tempo depois quando a criança nasceu, né?... Aí, preparou bem. Aí, então, foi legal.

ENTREVISTADORA: Você falou que não tava preparada. Como assim não tava preparada?

JOANA: Que eu não tava esperando. Não estava esperando ser mãe, ter uma criança. E aí no... Na verdade é uma criança cuidando da outra. Mas como eu sou uma criança com mais idade e ela é uma criança com menos idade.

(JOANA, 17 anos)

Ao longo da entrevista, ela mudou a forma de se referir à questão e pareceu querer passar a idéia de que a maternidade era uma coisa maravilhosa que aconteceu na sua vida.

ENTREVISTADORA: Mas você teve alguma complicação na gravidez?

JOANA: Foi boa. Foi legal, foi tranqüila. Foi normal. Não tive complicação nenhuma. Adorei ficar grávida. Adorei ter filho.

ENTREVISTADORA: E qual parte que você mais gostou de ficar grávida?

JOANA: Ai. De tudo. Ainda mais agora que eu tenho minha filha.

(JOANA, 17 anos)

Joana considera como uma vantagem estar na posição de mãe e de adolescente, visto que poderá crescer junto com sua filha e vivenciar com elas as etapas da vida.

ENTREVISTADORA: E pra você como é ser mãe adolescente e solteira?

JOANA: Mãe adolescente é legal, por causa que conforme que a gente vai crescendo, desenvolvendo, a criança também vai. Tipo quando a gente tiver 30 anos, a minha filha vai estar com 14. Eu vou ver a infância da minha filha tudinho. A infância, a juventude, a velhice até, se Deus me permitir. Aí a gente vai levando, mas a...

ENTREVISTADORA: Solteira. Ser solteira como é que é?

JOANA: Ah é bom, é bom, por que eu não tenho ninguém pra prender a gente em casa.

(JOANA, 17 anos)

A família de Joana, no entanto, não teve uma repercussão tão positiva quando da notícia de sua gravidez - como apontam Silva e Salomão (2003) em seu estudo com mães adolescentes. Após o nascimento da criança, porém, seus familiares assimilaram a nova condição familiar.

ENTREVISTADORA: E como a sua família viu a sua gravidez?

JOANA: Ah. Meu pai ficou com raiva. Parou de falar comigo um mês. Aí minha mãe me apoiou, mas meu pai depois de um mês, aí ele ficou... Agora tudo é a Juliane.

(JOANA, 17 anos)

No decorrer da entrevista um fato importante foi apontado e certamente tinha uma influência direta no sentido que a adolescente atribuía à maternidade. O pai da filha de Joana tinha 39 anos, era casado, conhecido da família da jovem e tinha filhos, inclusive com a mesma idade de Joana. Segundo ela, ele não registrou a criança porque ela não quis.

ENTREVISTADORA: É, é, é.... Mas ele registrou a sua filha?

JOANA: Não, por que quando ele ia me buscar no hospital, eu já tinha ido embora. Aí eu registrei ela direto e vim embora.

ENTREVISTADORA: Hum, hum. Então, ele teve interesse em registrar, mas...

JOANA: Interesse ele teve, mas eu não quis dar oportunidade (risos).

(JOANA, 17 anos)

Diante desse fato, buscou-se entender o porquê da adolescente não querer que a sua filha fosse registrada pelo pai. No entanto, ela não quis falar sobre o assunto e expressou que havia feito isso por ter raiva do pai da sua filha. Era uma forma de puni-lo.

ENTREVISTADORA: E como é que a sua família viu isso? Por que conhecia ele, né?

JOANA; É. Ah, meu pai viu isso. Sei lá. Meu pai ficou mais calado do que falou, mas ficou com raiva. Mas ficou mais calado do que falou.

ENTREVISTADORA: Mas não exigiu dele nada?

JOANA: Não, por causa que no caso vinha da... Ele não precisou do meu pai exigir. Ele mesmo veio assumiu o erro, tá. Aí acabou. Depois de um tempo a gente parou de se falar. Aí tá bom. Por que ele quis registrar a menina e eu não quis deixar.

ENTREVISTADORA: Por que? Você tem raiva dele?

JOANA: Ah, não é raiva não. Mas, sei lá. Ah, eu não consigo nem olhar mais pra cara dele. Não consigo, toda a verdade não consigo.

ENTREVISTADORA: Mas por que ele lhe fez algum mal? Alguma coisa assim?

JOANA: Não, não é mal. Ele até me fez um bem de ter me dado uma filha, entendeu? Mas, entendeu. Pra mim não era a hora certa, mas já que veio...

(JOANA, 17 anos)

Esse comportamento acabava influenciando a relação da criança com o pai, pois a adolescente não permitia que o mesmo tivesse contato com a menina. O irmão da filha de Joana, que tinha 16 anos de idade, é quem visitava a criança e às vezes levava fralda, alimentos e dinheiro enviados pelo seu pai. Joana, porém, preferia considerar que quem ajudava era o irmão, e não o pai da menina:

ENTREVISTADORA: Hum, hum. Você recebe alguma ajuda para cuidar da sua filha?

JOANA: Não.

ENTREVISTADORA: Só do irmão dela de 17 anos que ajuda?

JOANA: É.

ENTREVISTADORA: Ele costuma dar o que para menina?

JOANA: De vez em quando ele compra fralda, dá dinheiro pra levar no médico.

(...)

ENTREVISTADORA: O irmão dela quem? È esse de 17?

JOANA: 16. É

ENTREVISTADORA: 16? Ele trabalha?

JOANA: Não. O pai dele é que tem um salão. Aí... Pra mim é o pai dele que dá pra ele mandar, mas ele vem dá as coisas pra ela. É isso aí.

(JOANA, 17 anos)

Vê-se, assim, que o discurso que ela apresenta de que a maternidade foi algo “maravilhoso” que lhe aconteceu, parece não corresponder aos fatos que naquele momento ela relatava. Pareceu-me também na entrevista, que ela se esforçava para reforçar a idéia de que estava “tudo bem” na sua vida.

Nesse contexto, a relação que a adolescente com a sua família também permeava o seu sentido de maternidade. O seu pai biológico não assumiu a sua paternidade, o que

fez com que a adolescente fizesse referência a seu padrasto, como sendo o pai que esteve presente em sua vida.

ENTREVISTADORA: Pra você, o que é um chefe de família?

JOANA: Ah é meu pai. É meu pai. Um homem bem presente. É um amigo além de tudo. É muito legal. Ele nem, na verdade, nem é meu pai. É meu padrasto, mas ele é um verdadeiro chefe de família. Ele é...

ENTREVISTADORA: E qual o papel de um pai? Você já falou um pouco do seu pai, mas qual é o papel de um pai?

JOANA: O papel de um pai é tá presente, né? Como eu nem tive o meu presente, ele se fez presente na minha vida, né?

ENTREVISTADORA: E esse, esse seu pai, né, esse seu padrasto mora com você há quanto tempo?

JOANA: Mora comigo desde quando eu tinha 02 anos. No caso ele mora com a minha mãe há 15 anos.

(JOANA, 17 anos)

Já a sua figura materna é percebida por Joana como aquela que dá conselhos e orienta quanto aos cuidados com a criança.

ENTREVISTADORA: Tem pessoas que te deram dicas/ orientações do que fazer como mãe?

JOANA: Muitas. Minha mãe foi uma delas. Oh meu Deus do céu. A minha mãe sempre falou: tem que fazer isso, aquilo e aquilo outro. Ah, todo mundo. Sempre tem um que dá, né? Mas...

(JOANA, 17 anos)

Joana afirma ter uma boa relação com sua mãe e valoriza o fato dela ser uma mãe “devota” (Badinter, 1985; Nóbrega 1995) e por ajudá-la em tudo que ela precisa.

ENTREVISTADORA: E como é sua relação com a sua mãe?  
Você falou um pouco do seu pai.

JOANA: Ah, ótima. Minha mãe é a melhor pessoa que existe na face da terra. Minha mãe me ajuda muito. É quem dá de tudo pra minha filha.

(JOANA, 17 anos)

Com a ajuda da mãe, Joana cuidava da higiene pessoal e da alimentação da filha, levava a menina ao médico, ou seja, assumia suas funções maternas. Portanto, Joana ao se identificar com a figura materna, se posiciona como mãe, assumindo as funções que lhe são pertinentes.

ENTREVISTADORA: Hum, hum. Aproveitando que você falou de ir ao médico. É, é.. Você costuma levar sua filha ao médico?

JOANA: Costumo. Todo mês minha filha vai ao pediatra.

(...)

ENTREVISTADORA: É, é... E a alimentação? Ela só mama no peito ou...

JOANA: Ela come comida.

ENTREVISTADORA: Que tipo de comida que ela come?

JOANA: Come sopa, frutas.

ENTREVISTADORA: Qual a fruta que você dá a ela?

JOANA: Ah, banana maçã, mamão.

(JOANA, 17 anos)

Além da mãe, a prima e os irmãos também ajudavam a adolescente nos cuidados com sua filha. Essa rede de apoio da adolescente era reforçada pelos vizinhos, primas, tias, padrinho, madrinha e pela escola.

ENTREVISTADORA: É você mesmo que cuida? E alguém ajuda nesses cuidados?

JOANA: Ajuda. Minha mãe, todo mundo. Até minhas primas que não moram comigo vêm pra cá ficar com ela.

ENTREVISTADORA: Hum, hum. Dá mais algum exemplo de pessoas que te ajudam. Você falou de sua mãe, das suas primas, do seu irmão, quem mais ajuda? Mais alguém ajuda?

O bebê fica chorando e ela dá o peito.

JOANA: Só, meu padrinho, minha madrinha.

(JOANA, 17 anos)

Cabe destacar que essa rede era formada na maioria por mulheres, o que reforçava o significado de que os cuidados dos filhos fazem parte das funções maternas – conforme apontado por diversos autores (Afonso e Filgueiras, 1996, entre outros).

Esse significado é passado de geração para geração de maneira naturalizada, como se fosse uma vocação natural das mulheres:

ENTREVISTADORA: Dê um exemplo das pessoas que sempre te dão dica além da sua mãe?

JOANA: Minhas tias, minha madrinha. (pausa). Minha tia, minha madrinha, minha professora, a diretora Dona Catarina, também que é um amor de pessoa. É... Muita gente. A maioria mulher.

(JOANA, 17 anos)

Contudo, Joana demonstra que o sentido que ela conferia à maternidade tinha também uma base religiosa. Talvez isso conferia a “ser mãe” um sentido tão maravilhoso, na medida em que acabava sendo algo incontestável, uma “dádiva de Deus”:



ENTREVISTADORA: É, é... Como você poderia resumir pra mim o que é maternidade pra você?

JOANA: Ah é uma dádiva de Deus. Por que tem muitas mulheres que querem ter filho e não pode e tem outras que têm e dão ou tira, não sei. Mas pra mim é, é tudo de bom.

(JOANA, 17 anos)

Esse sentido apresentado por Joana tem uma influência cultural muito forte da sua família, em especial de sua mãe, a qual influencia diretamente na construção do mesmo:

ENTREVISTADORA: Você está pensando essa conclusão agora ou você sempre pensou assim?

JOANA: Ah, eu sempre pensei assim, mas eu não imaginava tendo um filho. Eu sempre pensei assim, por que minha mãe sempre me ensinou, por que... Que filho é uma coisa que Deus dá, não a gente pede.

(JOANA, 17 anos)

Na realidade, Joana naturalizava a sua posição de mãe como se fosse algo que fatalmente ocorreria em sua vida – conforme apresentam Rojas (2003) e Fonseca (2000) entre outros. Esse valor social de maternidade é passado de gerações a gerações não só nas classes populares, como também em outras classes, na medida em que a posição de mãe é instituída a partir das construções sócio-históricas de formação das famílias brasileiras. (D'Ávila Neto, 1994; Nóbrega, 1995).

#### D) O caso de Raiana

Raiana era uma adolescente de 16 anos de idade, que foi mãe aos 13 e mora com a mãe, o pai, a irmã e a filha. Raiana informou que sua gravidez foi um “acidente” e que não utilizava nenhum método contraceptivo, mesmo conhecendo formas de prevenção através de anticoncepcional oral e injetável e da camisinha. Sua família, inclusive, em um primeiro momento, não aceitou a sua gravidez e expulsou a adolescente de casa. Raiana ficou alguns dias morando na casa de colegas e amigos e depois acabou voltado para casa de seus pais.

Diante desse contexto, Raiana conceitua a maternidade de forma ambivalente, o que envolvia responsabilidade e perda da liberdade:

ENTREVISTADORA: O que é ser mãe pra você?

RAIANA: Tudo. Bom, mas uma grande experiência. Bom e ruim ao mesmo tempo. Uma grande experiência.

ENTREVISTADORA: É. O que você poderia dizer a parte boa, o que seria bom, já que você falou que é bom e ruim?

RAIANA: Ah, a boa é que agente toma mais responsabilidade. Também tem que minha filha é tudo pra mim. O ruim é que perde muito a liberdade. É isso.

(RAIANA, 16 anos)

Raiana, por um lado, avalia a sua gravidez de forma positiva, ao afirmar que é “bom”. Conforme apontam Nóbrega (1995) e Dadoorian (2000), a maternidade pode se configurar em uma necessidade urgente que a adolescente tem em comprovar sua capacidade de dar amor e de refazer uma infância pontuada muitas vezes por abandonos – mesmo que de forma inconsciente. Em contrapartida, Raiana considera que a maternidade fez com que ela perdesse a liberdade.

Apesar da adolescente declarar ter perdido parte da sua liberdade e aumentado as suas responsabilidades, a maternidade inicialmente pareceu não ter alterado seus planos para o futuro:

ENTREVISTADORA: Antes de engravidar, Raiana, quais eram seus planos para o futuro?

RAIANA: Ah, eu pretendia terminar os estudos, fazer faculdade. Sei lá, ter um futuro como qualquer outra pessoa pensa.

ENTREVISTADORA: E hoje, como você pensa o seu futuro após se tornar mãe?

RAIANA: Ah, eu penso em terminar ainda os meus estudos, em trabalhar pra sustentar a minha filha. E viver a minha vida na minha casa. Com a minha filha.

(RAIANA, 16 anos)

No entanto, sua posição de mãe e de mulher solteira acabava gerando alguns problemas financeiros, os quais pareciam dificultar a concretização desses planos, visto que a adolescente não trabalhava e o pai da criança não a ajudava:

ENTREVISTADORA: E como é pra você ser mãe adolescente e solteira?

RAIANA: Ah, é difícil, né? Mas a gente vai levando.

ENTREVISTADORA: Qual a parte que você acha que é mais difícil?

RAIANA: Ah, a parte financeira, né? É difícil, por que... Também quando o pai não ajuda... É, é... Pra mim só a parte financeira. O resto eu consigo levar.

ENTREVISTADORA: E como é que é a sua vida hoje após ser mãe?

RAIANA: Ah é um pouquinho difícil, por que eu não trabalho. Dependo da minha mãe, mas... Levando.

(RAIANA, 16 anos)

A condição de solteira de Raiana fazia com que a jovem colocasse a necessidade de trabalhar como um meio através do qual, segundo Sarti (2003), ela poderia “reparar o seu erro”, mostrando que era “digna do respeito” (ibid., p.76). Em outras palavras, o trabalho para prover e sustentar o filho tende a fazer com que a mulher se redima ao se tornar mãe/provedora. (ibid). Contudo, percebe-se nesses depoimentos que a necessidade de trabalhar era algo presente na vida da adolescente antes mesmo da gravidez, mas que se intensifica após a maternidade, devido à sua necessidade de arcar com os gastos da criança e com seus próprios gastos. Isso por que a maternidade nas camadas populares gera uma mudança de status das adolescentes, as quais passam a ter também a responsabilidade de proverem seu próprio sustento e de seus filhos. No caso específico de Raiana, além de não trabalhar, ela não estava estudando:

ENTREVISTADORA: Hum, hum. E como é o dia-a-dia de vocês?

RAIANA: Ah, os meus pais e minha mãe trabalham e fica eu e minha filha dentro de casa. Minha filha também não vai pra creche e eu não trabalho, nem estudo. Fico só mesmo dentro de casa.

(RAIANA, 16 anos)

Na realidade, Raiana parou de estudar antes de engravidar:

ENTREVISTADORA: Parou de estudar quando engravidou ou antes?

RAIANA: Antes.

ENTREVISTADORA: Antes de engravidar?

RAIANA: Logo que eu conheci o pai dela eu larguei a escola.

ENTREVISTADORA: Hum, hum.

RAIANA: Ai, já parei na 6ª série e não voltei mais a estudar.

ENTREVISTADORA: Tá. E quando você conheceu o pai dela, depois de quanto tempo você engravidou?

RAIANA: Ah depois de menos de um mês assim eu engravidei.

ENTREVISTADORA: Hum, hum Tá. Então, na realidade você não deixou de estudar por causa da gravidez?

RAIANA: Não. Não foi pela gravidez.

(RAIANA, 16 anos)

A falta de trabalho, a evasão da escola e a defasagem escolar acabavam se tornando questões que estão interligadas entre si, na medida em que uma influenciava a outra e que tendiam a diminuir as perspectivas de melhoria de vida da adolescente. Ela, por sua vez, acabava por assumir a sua maternidade como forma também de ser valorizada e de reproduzir o status que lhe era conferido enquanto mãe e mulher, pela sua família e pela comunidade e que é referenciado em vários estudos (Abramovay, 2004; Aquino, 2003; Heilborn, 2002, 1999; Brandão, 2003, Dadoorian, 2000, entre outros).

Ao assumir a posição de mãe, a adolescente acaba tendo uma rede de apoio que dá suporte ao desempenho de suas funções maternas e que influencia na construção do seu sentido de maternidade. Essa rede, no caso específico de Raiana, não era muito ampla e era composta das relações pessoais da jovem com os membros da sua família, em que especificamente a figura materna dela tinha um lugar de destaque nessa rede, na medida em que sua mãe a orientava e te ajudava nos cuidados com a criança:

ENTREVISTADORA: Tem pessoas que te deram dicas ou orientação de como fazer como mãe?

RAIANA: É minha mãe mesmo foi uma que me ajudou muito. Me ajudou, me ensinou bastante.

ENTREVISTADORA: Além da sua mãe, quem mais?

RAIANA: Ninguém.

ENTREVISTADORA: Tá. A sua irmã?

RAIANA: Só minha mãe que me ajudou, me ajudou nessa situação.

ENTREVISTADORA: Hum, hum. E o que é que ela te dizia?

RAIANA: Quando eu estava grávida, ela dizia que eu ia, né, ia ter que, ia ter que tomar juízo. Eu ia ter agora que pensar em terminar meus estudos, trabalhar. Que ser mãe não era como brincar de boneca. Era totalmente diferente. E aí eu aprendi.

ENTREVISTADORA: E depois que essa criança nasceu, hoje em dia no cuidado que você tem com ela, o que é que sua mãe fala? Ela te dá alguma dica, alguma orientação?

RAIANA: É... Vira e mexe assim... Quando ela vê que não tá, tá errado o que eu tô fazendo, ela vai lá e corrige. “Não é assim, tem que fazer assim desse jeito, por que assim você vai acabar fazendo ela adoecer, como ficar na rua, né?” Ela mesma fala: “fica dentro de casa, por que isso vai fazer a menina adoecer”. Ela me dá várias dicas assim como ser mãe.

(RAIANA, 16 anos)

Além da mãe de Raiana, o seu pai faz parte dessa rede, visto que era visto pela adolescente como o provedor da família, como quem sustentava a casa, com a ajuda da mãe e que supria as necessidades materiais e financeiras da adolescente e conseqüentemente da sua filha. O pai da sua filha acabava fazendo parte de sua rede de relações, mas não como uma figura de apoio, já que logo que a criança nasceu assumiu a paternidade, registrou a menina. Ele atuava como uma figura ausente, o que reforçava em Raiana a sua posição de mãe solteira e pessoa responsável pela criança.

ENTREVISTADORA: E o papel de um pai? O que você acha qual o papel de um pai?

RAIANA: Ah, o papel de um pai não é nem, não é nem questão, não é tão a questão financeira. Eu acho que é mais pela questão carinho, de amor. Tá ali sempre junto em todos os momentos. Pra mim um bom pai é isso.

ENTREVISTADORA: E com o pai da sua filha é assim?

RAIANA: Ah, não. A gente não tem muito, tanto contato. Ele foi totalmente diferente. Não foi um bom pai.

ENTREVISTADORA: Hum, hum. Mas isso desde o início?

RAIANA: Não. Depois que minha filha fez 07 meses que ele mudou. Arrumou outra família. Tem mais filhos. E acabou o carinho. Não tem mais aquele carinho pela minha filha como antes.

ENTREVISTADORA: E como é que era antes?

RAIANA: Ah, antes assim... Que a gente chegou a ter um envolvimento até os 07 meses. Aí ele tava sempre presente. Até me ajudava, mas depois daí...

ENTREVISTADORA: Vocês chegaram a morar junto?

RAIANA: Praticamente sim. Só que aí acabou, depois dos 07 meses da minha filha.

(RAIANA, 16 anos)

Raiana cuidava de sua filha, passava o dia todo com ela e era a responsável principal pela higiene pessoal e por alimentar a menina, além de brincar, levar para passear e ao médico.

ENTREVISTADORA: Hum, hum. Você falou que você é que costuma levar ela ao médico. Quando você costuma levar ela ao médico?

RAIANA: Ah, eu levo de 02 em 02 meses, eu levo ao pediatra. Ela também vai ao neuro. Ela passa pelo neurologista também.

(RAIANA, 16 anos)

Ela considera que a maneira de como cuidar da criança se dava de forma intuitiva. Na realidade, esses cuidados se davam a partir, segundo a rede de significações (Rossetti-Ferreira, et. al, 2004; Almeida, 2003), de suas construções sociais e históricas, dos significados culturais de maternidade, que a sua relação de filha acabava gerando e talvez a partir das relações com outras mulheres e homens da comunidade e a partir de sua própria história pessoal

ENTREVISTADORA: Você acha que existe, que existe alguma influência da sua família ou da comunidade na educação que você dá a sua filha?

RAIANA: Não. Não tem influência nenhuma assim.

ENTREVISTADORA: Nem da sua família?

RAIANA: Não.

ENTREVISTADORA: E como é que você define é, é a forma de cuidar da sua filha? Você disse que não influencia como é que você?...

RAIANA: Ah, eu... Eu mesma... Às vezes eu fico a maioria do tempo só eu e ela e aí eu fui aprendendo como lidar com ela também. Que a gente tem que aprender a lidar com a criança. E aí acho que foi ela que me ensinou como cuidar dela.

(RAIANA, 16 anos)

Vale esclarecer, contudo, que a adolescente naturalizava a maternidade por não ter consciência dessas construções e acabava reproduzindo comportamentos e valores sociais frutos de suas relações e dos significados culturais de maternidade e do papel da mulher nas camadas populares, conforme discutem Nóbrega (1995), Sarti (2003), Martin e Ângelo (1999), entre outros.



## E) O caso de Mirela

Mirela era uma adolescente de 15 anos de idade, que se tornou mãe aos 14 anos. Mora com a mãe, o padrasto, duas irmãs e o filho. Sua gravidez, segundo a adolescente, foi um “acidente”, visto que a mesma afirmou que não conhecia nenhum método contraceptivo. Ao perceber os primeiros sintomas da gravidez, Mirela preferiu não contar a sua família, porém quando ela já estava com quatro meses, uma de suas tias percebeu algumas mudanças em seu corpo e descobriu que ela estava grávida. Essa tia foi quem conversou com a mãe e o padrasto de Mirela sobre a sua gravidez. Segundo a adolescente, eles ficaram no primeiro momento assustados com a notícia.

Diante desse contexto de uma gravidez não planejada, o conceito de maternidade de Mirela consiste em uma condição importante em sua vida, apesar de ter tirado sua liberdade.

ENTREVISTADORA: Mirela, qual o seu conceito de maternidade?

MIRELA: Conceito? O que eu acho, no caso?

[A entrevistadora acena com a cabeça, afirmando que sim].

MIRELA: Ah, não. Eu não queria, né? Mas... Tô achando bom. Eu gosto muito do meu filho, amo ele. Sem ele, eu não vivo mais. Mas... Não era, era a melhor hora, mas veio.

ENTREVISTADORA: O que é ser mãe para você, Mirela?

MIRELA: Ah, ser mãe é tudo. Tem que guentiar tudo. Ah, muita coisa. Tá freqüentemente no médico. Coisa que eu não fazia. Muita coisa. Atrapalhou um pouco minha vida, mas... Não saio mais, me prendeu um pouco, mas... Tá bom.

(MIRELA, 15 anos)

Mesmo com as mudanças que a maternidade trouxe à vida da adolescente alguns dos seus planos para o futuro permaneceram e outros foram acrescentados:

ENTREVISTADORA: Antes de engravidar, quais eram os seus planos para o futuro?

MIRELA: Ah, estudar muito, trabalhar, nem pensar em filho, mas... Na hora a gente planeja e...

ENTREVISTADORA: E como é hoje a sua via após se tornar mãe?

MIRELA: Ah é difícil. Eu sou doida para arrumar um trabalho, mas como eu sou menor de idade é difícil.

ENTREVISTADORA: Como você deseja que seja o seu futuro daqui pra frente?

MIRELA: Ah, nem pensar mais em filho. Por mim trabalhar, dá o que eu puder pro meu filho, dá tudo que ele precisar. Estudar muito até eu terminar. Eu ainda tô na 5ª série, atrasei muito. Isso. Estudar muito.

(MIRELA, 15 anos)

O trabalho e a escola se apresentam como questões anteriores à maternidade de Mirela – conforme Aquino (2003), Heilborn (2002), entre outros se reportam na Pesquisa GRAVAD - mas que acabam sendo reforçadas pelo fato dela ter se tornado mãe e ter a responsabilidade de prover as suas necessidades e as do seu filho. No entanto, Mirela já estava com uma certa defasagem escolar, antes mesmo de engravidar.

ENTREVISTADORA: Mas você atrasou por causa da gravidez ou você já estava atrasada antes?

MIRELA: Eu tava atrasada antes com esse negócio de ficar se mudando, mas na gravidez estava na 5ª série. Aí com 08 meses eu parei de ir ara escola. Eu tive que fazer a 5ª série esse ano de novo.

ENTREVISTADORA: Você voltou agora esse ano?

MIRELA: É, eu voltei agora esse ano.

(MIRELA, 15 anos)

Mirela assume as suas funções maternas e constrói seu sentido de maternidade com o suporte de uma rede de apoio, na qual a sua figura materna e a sua tia são apontados pela adolescente como personagens importantes.

ENTREVISTADORA: E como é o seu dia-a-dia de vocês?

MIRELA: Ah, um dia bom, né? Eu olho meu filho de manhã, minha mãe leva minhas irmãs pra escola, eu busco. À noite, ela fica com ele pra mim ir pra escola. Faz as coisas dele. Quando eu chego faço mingau, dou banho. Assim...

(...)

ENTREVISTADORA: Você comentou que a sua mãe foi te ensinando, mas teve outras pessoas que te deram dicas/orientações do que fazer como mãe?

MIRELA: Teve minha tia. Minha tia foi que mais me ajudou, me deu as coisas. Eu praticamente não comprei quase nada. Ela me deu as coisas, me ensinou como fazer algumas coisas. No hospital, me ensinaram como dar banho. Me ensinaram bastante coisa. Minha tia e minha mãe só, no caso.

(MIRELA, 15 anos)

A relação de Mirela com a sua mãe, especificamente, parece ser boa e tem uma grande influência no cotidiano dos cuidados infantis da adolescente para com o seu filho.

ENTREVISTADORA: Como é a sua relação com a sua mãe no seu dia-a-dia, Mirela?

MIRELA: Ah, bem. Minha mãe é a pessoa, a melhor pessoa do mundo pra mim. O que ela puder me ajudar, ela ajuda. O que ela puder fazer, ela faz por mim.

ENTREVISTADORA: Você falou que ela te ajuda, mas te ajuda de que forma?

MIRELA: De que forma? Ela olha meu filho para eu ir para escola, caso se eu quiser sair final de semana, ela olha sem problema nenhum. Ela faz as coisas pra ele. Se tiver que comprar uma coisa pra ele, ela tiver com dinheiro, ela compra. Se tiver faltando, ela me ajuda pra caramba.

(MIRELA, 15 anos)

Além da sua figura materna e da sua tia, a sua avó, o pai e a avó da criança fazem parte dessa rede de apoio. Ele – o pai de sua filho - não tinha condições de está muito presente, visto que estava privado de sua liberdade, cumprindo medida sócio-educativa e só via o menino de 15 em 15 dias.

ENTREVISTADORA: E qual o papel de um pai?

MIRELA: Ah, ser carinhoso com o filho, está sempre do lado, sempre apoiando. Sempre apoiando, sempre dando carinho.

ENTREVISTADORA: É assim que ocorre com o pai do seu filho?

MIRELA: É, é, é. Ele agora só pode ver o filho dele só de 15 em 15 dias, mas ele dá... Quer dizer... Quando ele vê, ele dá carinho, dá as coisas. A mãe dele é que dá as coisas, por que por enquanto ele ta preso. Ele foi preso por pegarem ele e acusaram ele de uma coisa que ele não fez, mas aí ele está no Juizado de Menores, que ele é de menor e ele vem de 15 em 15 dias em casa.

(MIRELA, 15 anos)

As pessoas, que faziam parte de sua rede de apoio, também ajudavam a suprir em algumas necessidades materiais da criança.

ENTREVISTADORA: E fora essas pessoas que moram na casa, mais alguém ajuda no cuidado das crianças?

MIRELA: Ajuda. A avó dele. A minha outra vó, quando ela pode, ela também me dá algumas coisas. Minha tia vive dando as coisinhas pra ele. O que eles puder ajudar, eles ajuda.

(MIRELA, 15 anos)

Com o apoio dessa rede, Mirela assume as suas funções maternas e os cuidados infantis para com o seu filho, apesar das dificuldades financeiras. Era ela quem normalmente levava o menino ao médico, que cuidava da alimentação e higiene pessoal do filho, além de brincar e contar histórias.

ENTREVISTADORA: O que uma precisa saber e fazer para que a criança tenha um bom desenvolvimento?

MIRELA: Ah tem que saber assim... Cuidar, fazer as coisas, mingau, essas coisas... Que eu nunca tinha tocado em mingau na minha vida. Aí minha mãe me ensinou a fazer. Aprender pra ir levando no médico, acordar de madrugada, que é muito ruim. Mas também com o tempo a gente acostuma.

(...)

ENTREVISTADORA: E além da mamadeira quais as outras coisas que ele já come?

MIRELA: Comida, fruta, sopa, refrigerante, biscoito, doce. Come tudo, tudo que dá pra ele, ele bota pra dentro.

ENTREVISTADORA: Você falou alguma coisa relacionada ao médico. Você costuma levar o seu filho ao médico?

MIRELA: Quando ele tá doente, pediatra. Agora dia 05 ele tem pediatra. Eu vou levar. Tô sempre levando. Quando acontece algum probleminha com ele eu tenho que... Que ele tem uns probleminhas na pele, de família, do pai dele. Tá sempre nascendo umas coisas na pele, aí eu tenho sempre que tá levando.

(MIRELA, 15 anos)

Mirela cuidava do seu filho e idealizava poder dar uma qualidade de vida melhor a ele, o que demonstra, em certa medida, que ela se percebia na posição de mãe e verdadeiramente assumia as suas funções maternas.

ENTREVISTADORA: E ao final Mirela, como você resumiria o que é ser mãe pra você?

MIRELA: Ah, meio... Ser mãe é o que eu sou. É dar muito amor ao filho, dar muita atenção. Tá sempre ali presente nas boas e más horas, doença. Tem que tá sempre ali do lado. Nunca pode abandonar.

(MIRELA, 15 anos)

A maternidade pareceu ter emponderado Mirela, que assumia com responsabilidade e compromisso suas funções maternas. Além disso, a adolescente parecia que já conseguia apresentar um aumento de sua autonomia através do que Brandão (2003) conceitua no caso das jovens de classe média como “individualização”.

#### 4.5 Maternidade na adolescência em comunidades populares

Os cinco casos apresentados levaram a pensar primeiramente na complexidade do fenômeno da maternidade, que envolve construções sócio-históricas e culturais, que são permeadas pelas questões de classe e de gênero. Alguns pontos de discussão, nesse sentido, serão levantados a seguir, na tentativa de refletir sobre essa complexidade.

Vale esclarecer, inicialmente, que a maternidade foi abordada nesse estudo como um processo que começa antes mesmo do momento da gravidez. Desta maneira, as análises apresentadas reforçaram essa idéia de maternidade como um processo que passa pelas construções pessoais, familiares, sociais e culturais das jovens enquanto

mulheres, no desempenho de seus papéis de filhas, irmãs, namoradas, bem como adolescentes e mães.

A partir dessa perspectiva, ao refletir sobre o significado de maternidade para mães adolescentes de comunidades populares buscou-se ampliar as discussões sobre gravidez na adolescência, de modo a destacar, a partir dos casos, questões relevantes ligadas a subjetividades e identidades das jovens, em especial na vivência da condição de mães. Cabe ressaltar, que se tratando de um estudo de casos a discussão não se configura como um quadro generalizado da questão. Pelo contrário, pretende-se, a partir dos sentidos específicos que as adolescentes configuram a maternidade, esboçar o(s) significado(s) de maternidade para essas jovens.

Nesse sentido, cabe esclarecer também que o termo comunidades populares utilizado, diz respeito a grupos sociais que possuem demandas, cujo forte conteúdo social expressa o lugar que ocupam no processo de divisão do trabalho, a exploração e espoliação a que são submetidos e a ausência de direitos sociais elementares (Gohn, 1999). As adolescentes entrevistadas, especificamente, residiam em comunidades populares e suas famílias eram pobres.

Vale ressaltar que as adolescentes não sabiam definir qual a renda de suas famílias, quando do preenchimento da ficha sócio-demográfica. Ao afirmar que essas jovens eram de famílias pobres, estão sendo levadas em conta às observações qualitativas feitas no momento de abordagem das jovens em suas casas e o local onde a maioria morava.

#### 4.5.1 Vida Sexual e Reprodutiva das adolescentes

Ao pensar em maternidade, esse estudo buscou-se vislumbrar como se constitui a vida sexual e reprodutiva das adolescentes e as questões subjetivas a que esta se remete. O que se observou, de um modo geral, foi que a iniciação sexual das adolescentes vem ocorrendo cada vez mais cedo, fato esse que já vem sendo bastante

discutido pela comunidade científica (Abramovay, 2004; Aquino, 2003; Heiborn, 2002; Brandão, 2004, entre outros). Especificamente nos casos estudados, a iniciação sexual das jovens se deu entre 10-13 anos de idade, faixa etária que se assemelha aos dados apresentados em grandes estudos sobre o assunto, como a Pesquisa Gravada (Aquino, 2003) e a pesquisa Juventudes e Sexualidade da UNESCO (Abramovay, 2004).

Percebeu-se, ainda, que as práticas sexuais das jovens se deram de forma desprotegida e sem nenhum planejamento – apenas uma adolescente verbalizou que não conhecia nenhum tipo de método contraceptivo – dado esse que vai de encontro também às discussões já deflagradas por Abramovay, (2004), Aquino (2003), Heilborn (2002, 1999), Brandão (2003, 2004), Dadoorian (2000), entre outros. No entanto, a qualidade de informações que as jovens tinham, acabavam produzindo conceitos e definições deturpadas, muitas vezes baseadas no senso comum, o que tendia a confundir as adolescentes e dificultar o uso dos contraceptivos. Além disso, os métodos nem sempre eram acessados pelas jovens, por falta de informação das mesmas ou por fragilidade na rede de saúde.

Dentro dessa questão, outro ponto que também é levantado por Heilborn (1999) – e que apareceu nos casos estudados - diz respeito à questão de gênero presente nas relações afetivas das jovens. Heilborn (ibid) aponta que a definição pelo uso do preservativo ainda permanece ligada à vontade do parceiro, levando muitas vezes as mulheres a se submeterem à decisão masculina de usar ou não a camisinha.

Observou-se, por fim, que é a partir da vivência de suas subjetividades de forma diferenciada e complexa, que as adolescentes têm engravidado. Essa hipótese preliminar apresentada nesse estudo pretende colaborar com a desmistificação da gravidez como um problema social, na medida em que se acredita que essa questão precisa também ser vista e pensada a partir das subjetividades juvenis, das práticas e identidades sexuais das adolescentes, além dos sentidos e significados que estas têm configurado à maternidade.



#### 4.5.2 A gravidez

Todas as adolescentes entrevistadas afirmaram que não desejavam engravidar naquele momento, o que reflete, na realidade, que a gravidez não foi planejada. Não significa, no entanto, que as jovens não quisessem ser mães. Pelo contrário, existia sim um desejo consciente ou não de viver a maternidade, como é apresentado nos estudos de Dadoorian (2000), Heilborn (2002), Martin e Ângelo (1999), entre outros. Esse desejo é construído a partir das vivências e histórias de vidas dessas jovens, na medida em que elas aprenderam desde pequenas a sonhar com o papel de mãe, que nas camadas populares tende a conferir um status a mulher (Da Costa, 2002; Rojas, 2003; Sarti, 2003; Heilborn, 1997; Monteiro, 1999, entre outros).

Entre os depoimentos fornecidos pelas jovens, percebeu-se que apesar de terem alguma informação sobre as formas de prevenção de uma gravidez indesejada, elas não utilizavam nenhum método, como foi visto anteriormente. Isso reforça a idéia de que entre a informação e a tomada de consciência da importância do planejamento familiar existe uma enorme lacuna. Esta questão preocupa bastante vários setores da sociedade, na medida em que atinge principalmente as camadas populares. (Nóbrega, 1995; Afonso e Filgueiras, 1996; Fonseca, 2000, entre outros).

Em consequência da gravidez não planejada, vários conflitos e dificuldades ocorreram na vida das jovens, principalmente diante da notícia da gravidez. Muitas adolescentes, segundo Pantoja (2003), tentam esconder a gravidez de seus familiares, os quais têm reações normalmente negativas quando ficam sabendo que as filhas estão grávidas. Em todos os casos estudados, a notícia da gravidez trouxe reações não muito agradáveis por parte das famílias, cujos membros ficaram “tristes”, “magoados”, “assustados”, deixaram de falar com a adolescente ou a expulsaram de casa ou ainda sugeriram ou forçaram as jovens a realizarem um aborto. Nesse contexto, os pais e padrastos tendiam, segundo os depoimentos, a ter reações mais negativas do que as mães, as quais acabavam assimilando com mais facilidade a nova condição de suas filhas. Isso talvez em função da sua condição também de mulher e mãe.

Com o nascimento da criança, contudo, os conflitos gerados pela notícia da gravidez tenderam a diminuir e as famílias passaram, então, a se adaptar à presença da nova criança (Pantoja, 2003). Em algumas situações, inclusive, o filho da adolescente passou a ser o centro das atenções e dos cuidados.

#### 4.5.3 O significado de maternidade

A partir do contexto supracitado, as adolescentes elaboraram o seu sentido de maternidade. O que se percebeu foi que, na realidade, são vários os sentidos que a maternidade pode adquirir, a depender do momento, do contexto específico, das relações sociais diversas que a jovem estabelece e dos valores culturais e comportamentos que a mesma passa a reproduzir - enfim, da rede de significações constituída em um dado momento (Rossetti-Ferreira, et al, 2004).

Observou-se ainda, nessa construção, que as adolescentes tiveram uma dificuldade de definir a maternidade, talvez pelo fato da vivência prática não ser necessariamente acompanhada, a nível consciente, de uma construção conceitual. Além do mais, a maternidade, como foi dito em momento anterior, constitui-se em um processo que é contínuo e complexo. O fato de, no momento da entrevista, as adolescentes terem tido dificuldade em definir a maternidade, não significa, no entanto, de que não o conseguissem em outra situação ou até mesmo em um momento futuro.

Mesmo com essa dificuldade inicial, ao falarem sobre a maternidade, as jovens se remeteram às funções maternas, à sua figura materna, à sua condição de adolescente, à visão dicotômica da boa mãe e da má, à perda da liberdade, à dificuldade em conviver com a identidade de mãe e de adolescente e à assunção de novas responsabilidades. Percebeu-se, assim, que o significado de maternidade passa pela construção sócio-histórica de cada sujeito, onde suas vivências, aprendizados e rede de relações (Rossetti-Ferreira, et al., 2004) estão presentes nesse processo, influenciando na elaboração e percepção desses significados. Significados esses, que vêm sendo construídos através das normas e regras sociais de comportamento que definem como uma mãe deve ser e

agir, além de influenciar as adolescentes e, em certa medida, pressioná-las a assumirem uma nova posição – a de mãe.

Nessa perspectiva, são inúmeros os mitos, valores e crenças que são passados de gerações à gerações e que tendem a definir o padrão de comportamento que uma mãe deve ter em relação a seus filhos. Esses mitos, valores e crenças estavam presentes nos discursos das adolescentes sobre os diversos sentidos de maternidade e tendem a definir os significados de maternidade para mães adolescentes de comunidades populares. É o “mito do amor materno”, em que o amor da mulher/ mãe é colocado como incondicional; é o “mito da mãe devota”, em que as mulheres devem se dedicar de forma exclusiva aos seus filhos (Badinter, 1985); é o valor naturalizado de que a mulher nasceu para ter filhos devendo, portanto, cuidar e zelar pela saúde e educação deste e da família como um todo (Sarti, 2003; Rojas, 2003; Da Costa, 2002, entre outros); é a idéia de que as funções maternas devem ser desempenhadas em tempo integral (Nóbrega, 1995) - dentre tanto outros valores sociais que foram apresentados. Essas regras ou comportamentos sociais são criados pela sociedade e pelas instituições que cobram dos sujeitos um cumprimento dos atributos maternos e julgam as mães – independente de classe – como sendo boas mães ou mães negligentes, não dedicadas (Rocha-Coutinho, 1994; Afonso e Filgueiras, 1996).

Mergulhadas nesses valores culturais, as jovens demonstraram viver um conflito entre o “ser mãe” e o “ser adolescente”. Isso remete a pensar no convívio de diversas identidades, apresentado por Hall (2003), em que é gerado um jogo de papéis, algumas vezes contraditórios. No caso das jovens, a vivência da maternidade tendia a dificultar a vivência da adolescência, na medida em que, com o exercício das funções maternas, as responsabilidades aumentavam e diminuía a sua liberdade.

Desta maneira, a maternidade significava também para as adolescentes não poder sair para todos os lugares que quisessem, não poder ficar ausente de casa por muito tempo, sem ter hora para voltar e ter que se perceber e se comportar como as responsáveis principais pelos cuidados de uma criança. O que se configura um pouco diferente de cuidar dos irmãos menores, dos primos, às vezes de vizinho, na medida em

que o papel das jovens nessa situação era apenas de apoio e suporte a sua mãe ou tia, prima, vizinha.

Diante desse contexto, algumas das adolescentes apresentaram uma dificuldade em assumir suas funções maternas. Não se pode negar, no entanto, que algumas vezes o não exercício das funções maternas configurava uma condição cômoda para as adolescentes, que também queriam viver as experiências da adolescência. Neste sentido, observou-se que as jovens e suas famílias adotavam, em muitos momentos, a idéia da adolescência como um período de conflitos, de imaturidade, de fragilidade das jovens, o que servia como justificativa para alguns comportamentos das adolescentes.

Percebeu-se, também, que o significado de maternidade está intrinsecamente ligado à relação com a figura materna. As jovens ao falarem sobre esse significado se remeteram muito às suas mães como referência positiva e, em um caso, como uma referência negativa. As mães das adolescentes eram, na realidade, não só o espelho com o qual elas se identificavam, mas também as pessoas que mais ajudavam no desempenho das funções maternas.

Na realidade essas mães - avós das crianças - têm um papel fundamental, na medida em que se configuram como pessoas centrais, de suporte e de apoio para as adolescentes (Afonso e Filgueiras, 1996; Dias e Lopes, 2003; Silva e Salomão, 2003, entre outros). O papel das avós nos casos estudados acabava tendo o mesmo significado visto por Silva e Salomão, o de “ensinar/ orientar”, “avaliar/ controlar”, em função, de talvez, estar relacionado com o fato das adolescentes morarem com suas famílias de origem (2003, p. 8).

Por fim, a maternidade tinha um significado também para essas adolescentes de mudança de status na família e na comunidade, como já foi apontado por outros autores nos diversos estudos sobre essa questão (Abramovay, 2004; Brandão, 2003; Aquino, 2003, Hielborn, 2002, Dadoorian, 2000, Monteiro, 1999 entre outros). Status estes, que as colocavam em um outra posição dentro dos contextos onde estavam inseridas, na medida em que agora já não eram apenas adolescentes, mas também mães.

#### 4.5.4 O desempenho das funções maternas e os cuidados infantis

Tomando como ponto de partida o fato de que a maternidade é para as adolescentes uma vivência relativamente nova e em construção, pode-se dizer que as mesmas estavam se adaptando – como qualquer outra mulher quando tem um filho - às novas funções e responsabilidades, decorrentes das demandas normais que uma criança gera. O que se observa de peculiar, no entanto, nessa investigação é que o desempenho das funções maternas não se dá de forma tão tranqüila, na medida em que muitas vezes o assumir do papel de mãe se dá através de cobranças da família, das pessoas da comunidade e indiretamente da sociedade.

Nesse sentido, mesmo com todas as suas dificuldades e limitações, as adolescentes – umas mais que outras – realizavam atividades ligadas aos cuidados de seus filhos, como por exemplo: levavam ao médico, não só quando estavam doentes, mas também nas consultas de rotina; cuidavam da alimentação e sabiam dizer o que as crianças costumavam comer; davam banho; colocavam para dormir; brincavam; chamavam á atenção e orientavam, quando a criança estava fazendo algo de errado, etc. Essas atividades eram realizadas com satisfação, como foi referenciado por Fonseca (2000) no seu estudo com mães adolescentes em Salvador.

Não se pode negar, no entanto, que desempenhar essas atividades demandavam um certo tempo, “paciência”, “dedicação” e “carinho” das mães adolescentes com os seus filhos – conforme foi apontado também nos discursos das jovens entrevistadas por Dias e Lopes (2003). O que, em certo momento, reforçava o sentimento incômodo de perda de liberdade e de aumento de responsabilidades e das cobranças dos familiares. Essas cobranças surgem, na realidade, em função dos membros da família estarem diretamente presentes nos cuidados das crianças, fazendo parte da rede de apoio das adolescentes no desempenho das funções maternas.

#### 4.5.5 A rede de apoio

A rede de apoio aqui analisada foi concebida como o conjunto de vínculos interpessoais do sujeito: família, amigos, relações de trabalho, estudo, inserção comunitária e práticas sociais, que possibilita organizar as experiências pessoais ou coletivas (Cabral e Alves, 2001).

De um modo em geral, a rede social das adolescentes entrevistadas era composta pelas relações estabelecidas entre a jovem mãe e os membros de sua família, fossem eles pai, mãe, padrasto, irmãos, primos, avós, tias, padrinhos e madrinhas, além de suas vizinhas e amigas e, em alguns casos, o pai da criança e os membros de sua família. Vale destacar, que os depoimentos apontaram que os atores dessa rede eram em sua maioria mulheres, talvez porque os cuidados infantis mobilizem mais as mulheres que os homens a fazerem parte dessa rede. É como se criasse uma teia de ajuda mútua entre as mulheres da comunidade, como forma de reciprocidade e de criação de mecanismos de sobrevivência. (Afonso e Filgueras, 1996; Sarti, 2003).

Essa rede se apresentou um pouco mais ampliada em alguns dos casos, em função da presença de algumas instituições além da família, tais como a escola, onde as adolescentes estudavam e conseqüentemente se relacionavam com seus colegas, professores, dentre outros funcionários da unidade de ensino. Sendo ainda referenciada nessa rede a creche, como um espaço de suporte e cuidado das crianças e de estabelecimento de outras relações, como, por exemplo, com as “crecheiras” e as cozinheiras.

## 5 – CONCLUSÃO

Esse estudo vem a reafirmar algumas questões em torno da maternidade na adolescência discutidas por diversos setores da sociedade brasileira, tais como: a iniciação sexual dos jovens ocorrendo, cada vez mais cedo; a falta de planejamento familiar e de prevenção de uma gravidez indesejada e de doenças sexualmente transmissíveis pelas jovens; o desejo de ser mãe como um valor construído socialmente; a gravidez na adolescência trazendo algumas repercussões e alterações na rotina das jovens e no cotidiano de suas famílias e a rede social de apoio como elemento importante no desempenho das funções maternas das jovens.

No entanto, esse trabalho veio fortalecer a idéia de que a maternidade pode ser vislumbrada como algo que pode contribuir para autonomia e individualização dos jovens e ainda onde nem sempre os projetos de vida das adolescentes são abandonados. Pelo contrário, no caso das adolescentes de comunidades populares estudadas a maternidade além de conferir um novo status às jovens, tendiam a fortalecer seus projetos de vida, impulsionados, a partir de então, pela necessidade de assunção das funções maternas e do papel de provedoras.

Foi possível também, através do referencial teórico da Rede de Significações, observar-se que os significados de maternidade das adolescentes fazem parte de uma construção decorrente de suas vivências enquanto mães, dos contextos onde elas estão inseridas, de suas redes de apoio e dos fatores sócio-históricos que permeiam a maternidade. E ainda, como esse estudo tratou de um objeto que está em construção, a tendência é que esses significados sejam modificados ao longo das experiências de vida de cada jovem.

Essa talvez seja uma das grandes contribuições deste trabalho, em que se reforçou a importância de se adotar olhar científico da realidade, capaz de reconhecer os diversos fenômenos sociais como processos complexos, em construção permanente e imersos em contextos diversos. Desta forma, buscou-se fortalecer também a necessidade

de se levar em consideração às subjetividades e identidades pessoais e coletivas dos diversos sujeitos, no momento em que se propõe a realizar uma investigação qualitativa sobre juventude ou ainda quando se pretende discutir e formular ações concretas voltadas para a melhoria da qualidade de vida desse público.

Sugere-se também, que políticas públicas sejam realmente assumidas pelo Estado e pela sociedade como um todo, não de forma verticalizada, preconceituosa ou alarmista. A maternidade na adolescência, assim como outras questões que estão presentes no cotidiano de adolescentes e jovens de classes populares precisam ser vistas de uma forma mais ampla e dentro de um contexto estrutural e cultural. Desta maneira, ações no âmbito da educação, da saúde e da geração de renda das famílias pobres precisam ser implementadas conjuntamente, de modo articulado e em sintonia com a vivência local de cada grupo social, de modo a possibilitar a médio, longo prazo uma mudança nos comportamentos e nas perspectivas de vida das crianças, adolescentes e jovens das comunidades populares.

Recomenda-se ainda como um instrumento para discussão da questão da maternidade com as adolescentes de comunidades populares, a utilização de metodologias participativas, que envolvam as jovens e possam partir de sua realidade concreta e dos sentidos e significados que estas conferem a essa questão. Os diversos projetos sociais na área de saúde sexual e reprodutiva podem, desta forma, ser utilizados como espaços privilegiados de discussão dessa questão e de exercício dos direitos sexuais. Talvez assim se possa propor e se iniciar uma reflexão em torno de uma possível mudança de valores e comportamentos em torno da importância das adolescentes e jovens conhecerem seus direitos sexuais e reprodutivos. E ainda da necessidade das jovens irem em busca da garantia do acesso a um planejamento familiar e de perspectivas de vida que as valorizem verdadeiramente como cidadãs e não apenas pelo status que a maternidade pode lhes conferir.



## 6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G; SILVA, L. B. da. Juventudes e Sexualidade. Brasília: UNESCO BRASIL, 2004.

AFONSO, M, L. M; FILGUEIRAS, C. A. C. Maternidade e vínculo social. Estudos Feministas. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 2, p. 319-337, 1996.

ALMEIDA, L.S.de. Rede de Relações Sociais: Um Processo Dialógico. Série Documenta. Rio de Janeiro: EICOS. Ano XI. nº 12-13, 2003.

AQUINO, E. M. L.; HEILBORN, M. L.; KNAUTH, D. et al. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. Cad. Saúde Pública, 2003, vol. 19 supl. 2, p.377-388. ISSN 0102-311X.

BADINTER, E. O Mito do Amor Materno. São Paulo: Nova Fronteira, 1985.

BASTOS, A. C. de S. Modos de Partilhar: a criança e o cotidiano da família. Taubaté. Cabral Editora Universitária. 2001.

BRANDÃO, E. R. Individualização e vínculo familiar em camadas médias: um olhar através da gravidez na adolescência. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva).Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_ Iniciação Sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil In: HEILBORN, M. L.(Org.) Família e Sexualidade. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p-63-86.

CABRAL, C.; ALVES, E. (Org). Trabalho Social com Famílias. Rio de Janeiro: 2001. livro I. Série de Defesa à Convivência Famílias.

COSTA, J. Ordem Médica e Norma Familiar. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

DA COSTA, T. M. da. A maternidade em menores de 15 anos em Juiz de Fora (MG): uma abordagem sócio-antropológica. Praia Vermelha nº 7, 2002.

DADOORIAN, D. Pronta para Voar: um novo olhar sobre gravidez na adolescência. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

D'ÁVILA-NETO, M. I. O Autoritarismo e a Mulher: o jogo da dominação macho-fêmea no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Artes & Contos, 1994.

DEBERT, G.G. A Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: MORAES, M., BARROS, L. (Org). Velhice ou Terceira Idade? Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p-49-67.1998.

DIAS, A. C. G.; LOPES, R. de C. S. Representações de maternidade de mães jovens e suas mães. Psicol. Estud. 2003, vol 8, no.spe, p-63-73. ISSN 1413-7372.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei Federal nº 8069/ 90 de 13/07/1990. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas / Primeira Vara da Infância e da Juventude. 2001.

FLICK, U. Uma Introdução a Pesquisa Qualitativa; trad. Sandra Netz - 2.ed.-Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSÊCA, A. L. B. Práticas Educativas no Contexto Familiar das Mães Adolescentes. Orientadora: Ana Cecília Souza Bastos. Salvador: UFBA, 2000. 154p. Dissertação (Mestrado em Educação).

FREYRE, G. Casa Grande e Senzala. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

FREYRE, G. Sobrados e Mocambos. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

FROTA, L. M. Mães antes do Tempo: a construção da maternidade em adolescentes de classe média. Orientadora: Maria Lúcia Rocha-Coutinho. Rio de Janeiro: UFRJ/IP/Programa EICOS, 2003. 100p. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social).

GOHN, M. G. Movimentos Sociais e educação. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GONZÁLEZ REY, F. (Org.). Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

HALL, S. A identidade na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaciara Lopes Louro. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HEILBORN, M. L. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. Em: MADEIRA, F. R. (org). Quem mandou nascer mulher? Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos/UNICEF, 1997.

\_\_\_\_\_ Construção de si, gênero e sexualidade. In: HEILBORN, M. L (Org.), Sexualidade: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p.40-58.

\_\_\_\_\_ et, al. Aproximações sócio-antropológicas sobre a gravidez na adolescência. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 8, nº 17, p.13-45. 2002.

IBGE. Censo 2000. <http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>. ( acesso em Junho de 2004).

IBGE. Tendências demográficas. Uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

MARTIN, V. B.; ÂNGELO, M. A organização familiar para o cuidado dos filhos: percepção das mães em uma comunidade de baixa renda. Rev. Latino- Am. Enfermagem. [on line]. Out. 1999, vol. 7, no. 4 [citado 22 Setembro 2005], p.89-95. Disponível na World Wide Web:

<[http://www.scielo.Br/scielo.php?script=scri\\_arttex&pid=S0104-11691999000400012&ing=pt&nrm=isso](http://www.scielo.Br/scielo.php?script=scri_arttex&pid=S0104-11691999000400012&ing=pt&nrm=isso)>. ISSN 0104-1169.

MINAYO, M. C. de S. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MONTEIRO, S. Gênero, Sexualidade e Juventude numa favela Carioca. In: HEILBORN, M. L (Org.). Sexualidade: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p.117-145.

NASCIUTTI, J. C. R. Reflexões sobre o espaço da psicossociologia. Série Documenta. Rio de Janeiro: EICOS, nº 7, p. 51-58, 1996.

NERI, M. C. (Coord.) Perfil das Mães Brasileiras. Rio de Janeiro: FGV/ IBRE, CPS, 2005.

NÓBREGA, N. P. Maternidade na Adolescência: Alienação e Reprodução Social. Série Documenta. Rio de Janeiro: EICOS, Nº 6, P.63-76, 1995.

PANTOJA, A. L. N. Ser alguém na vida: uma análise sócio-antropológica da gravidez/ maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. Cad. Saúde Pública, 2003, vol. 19, supl.2, p-335-343. ISSN 0102-311X.

Relatório nº 1 – Dados Qualitativos sobre o Complexo do Alemão. Pesquisa Participativa sobre a Infância e a Adolescência no [REDACTED]. UNICEF/CEDAPS/EICOS/NESC Rio de Janeiro: 2003.

ROCHA-COUTINHO. M. L. Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROJAS, L. M. C. Gravidez na Adolescência e Intervenções Comunitárias. Orientadora: Maria Cecília de Mello e Souza. Rio de Janeiro: UFRJ/IP/Programa EICOS, 2003. 104p. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social).

ROSSETTI-FERREIRA, MC e col. (org.). Rede de Significações e o Estudo do Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SALEM, T. Mulheres Faveladas: com a venda nos olhos. Perspectivas Antropológicas da Mulher, nº 1 Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

SARTI, C. A. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SMH. Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo do Alemão. Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, D. V. da.; SALOMÃO, N. M. R. A maternidade na perspectiva de mães adolescentes e avós maternas dos bebês. Estud. Psicol. (Natal). [on line]. Jan./abr. 2003, vol. 8, no. 1 [citado 01 Novembro 2005], p. 135-145. Disponível na World Wide Web:[http://www.scielo.br/scielo.php?script=scri\\_artex&pid=S1413294X2003000100015&Ing=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=scri_artex&pid=S1413294X2003000100015&Ing=pt&nrm=iso). ISSN 1413-294X.

SINASC (Sistema de Informações sobre nascidos vivos). MS/ SUS / DASIS. <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvuf.def>. 2003. (acessado em abril de 2006).

SPINK, M. J.P. (Org.) Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

VAITSMAN, J. Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda. Estudos Feministas. Vol. 5, nº 2. p. 303-319. 1997.

VALSINER, J. Culture and the Development of Children's Action. A Cultural-Historical Theory of Development Psychology. Chichester, John Wiley e Sons. 1987.

\_\_\_\_\_ How can developmental psychology become "culture-inclusive"? In: Valsiner (Ed.). Child development in cultural context. Toronto: Hogrefe and Huber Publishers. 1989.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes. p.125-126. 1991.

## 7 - ANEXOS

## Anexo 1 – Termo de Consentimento



UFRJ - Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Instituto de Psicologia  
Programa de Pós-Graduação EICOS

**Termo de Consentimento**

Eu, Ivana de Oliveira Lima, mestranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Programa EICOS, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro estou desenvolvendo uma pesquisa sobre maternidade na adolescência, intitulada **Maternidade na Adolescência em Comunidades Populares do Rio de Janeiro: representações e desempenho da função materna**, para a elaboração de minha dissertação. Essa pesquisa está sendo realizada [REDACTED] nas comunidades dos [REDACTED] e tem como objetivo verificar a maternidade para mães adolescentes de comunidades populares.

Esta investigação se justifica, sobretudo, tanto pelo fato do número cada vez maior de mães adolescentes nas referidas comunidades e pela necessidade de se compreender os significados sócio-históricos e culturais que as adolescentes concebem à maternidade .

Para coleta de dados, serão realizadas entrevistas gravadas com mães adolescentes entre 15 e 17 anos e solteiras, onde serão fornecidos os esclarecimentos

que se façam necessários e assegurado o sigilo dos dados obtidos com este estudo, de modo que as opiniões emitidas pela adolescente na entrevista estarão sob os meus cuidados e seu nome será trocado em todas as publicações referentes à mesma.

Eu \_\_\_\_\_ responsável pela adolescente \_\_\_\_\_ autorizo e concordo com a participação da mesma na pesquisa **Maternidade na Adolescência em Comunidades Populares do Rio de Janeiro: representações e desempenho da função materna** e estou ciente das aplicações dos dados a serem coletados nesse estudo e da manutenção do meu nome e o da adolescente sob sigilo, sendo trocados em todas as publicações referentes a essa pesquisa.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_/ 2005

---

Assinatura do Responsável

---

Assinatura da Adolescente

---

Assinatura do pesquisador



## Anexo 2 – Roteiro de Entrevista

<b>Ficha de dados sócio-demográficos (auto-preenchimento)</b>	
<b><u>Dados de Identificação:</u></b>	
<b>Nome:</b> _____	
<b>Idade:</b> _____	<b>Comunidade</b> _____
<b>Você está estudando?</b>	
<input type="checkbox"/> Não	
<input type="checkbox"/> Sim	
<b>Escolaridade:</b>	
<input type="checkbox"/> Não sabe ler e escrever	
<input type="checkbox"/> Fundamental incompleto (1 <sup>a</sup> . a 4 <sup>a</sup> . série)	
<input type="checkbox"/> Fundamental completo (1 <sup>a</sup> . a 4 <sup>a</sup> . série)	
<input type="checkbox"/> Fundamental incompleto (5 <sup>a</sup> .. a 8 <sup>a</sup> . série)	
<input type="checkbox"/> Fundamental completo (5 <sup>a</sup> . a 8 <sup>a</sup> . série)	
<input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto (2. <sup>o</sup> grau)	
<input type="checkbox"/> Ensino Médio completo (2. <sup>o</sup> grau)	
<b>Você faz alguma atividade que lhe dê um retorno financeiro?</b>	
<input type="checkbox"/> Não	
<input type="checkbox"/> Sim. Que atividade realiza? _____	
_____ Com que frequência? _____	
<b>Quantas pessoas trabalham na sua casa?</b> _____	
<b>Você tem idéia de quanto é o total de dinheiro que sua família dispõe no final do mês, como renda familiar?</b>	
<input type="checkbox"/> Não soube responder	
<input type="checkbox"/> Não tem renda (vive de ajuda de parentes, projetos sociais, etc)	
<input type="checkbox"/> até um salário mínimo	
<input type="checkbox"/> entre um e três salários mínimos	
<input type="checkbox"/> entre três e cinco salários mínimos	
<b>Com que idade você tem o(a) seu/sua filho(a)?</b> _____	

Que idade tem o(a) seu/sua filho(a) hoje?

## Roteiro de Entrevista

### EIXO: *Maternidade*

⇒ **Qual o seu conceito de maternidade? / O que é ser mãe para você?**

- O desejo de ser mãe
- Visão da família sobre a gravidez
- Planos para o futuro

### EIXO: *Desempenho da Função Materna*

⇒ **Quais as funções de uma mãe?**

- O que uma mãe precisa saber e fazer para que a criança garantir um bom desenvolvimento para seu/sua filho(a)?
- Pessoas que deram dicas/orientações do que fazer como mãe.
- Você acha que tem alguma diferença entre o que você faz como mãe no seu dia-a-dia e o que você acha que uma mãe deveria fazer?

### EIXO: *Papéis familiares*

- Papel de um pai
- O pai do filho(a)
- A relação com mãe

### EIXO: *Educação/ Trabalho*

- Você estuda?
- Você trabalha?
- As atividades que você tem, atualmente, são as que você pretendia ter após ter filhos?

### EIXO: *Cuidados Infantis e Rede de Apoio*

- O tipo de cuidado que você oferece ao seu filho é o que você havia desejado ou planejado para ele?
- Você recebe alguma ajuda para cuidar do seu filho? De quem? E como essa(s) pessoa(s) te ajuda(m)?

- Se você tivesse que mudar a forma de cuidar do seu/sua filha, o que você mudaria?

**O que você poderia falar sobre você, hoje, como mãe?**